



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

DÉBORA DE JESUS NASCIMENTO

**MÁRCIA DA SILVA CLEMENTE:** Desafios e Possibilidades na Trajetória de Professoras  
Negras Universitárias

CACHOEIRA-BA

2019

DÉBORA DE JESUS NASCIMENTO

**MÁRCIA DA SILVA CLEMENTE:** Desafios e Possibilidades na Trajetória de Professoras  
Negras Universitárias

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

CACHOEIRA-BA

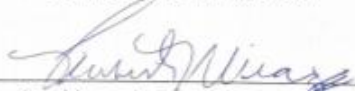
2019

DÉBORA DE JESUS NASCIMENTO

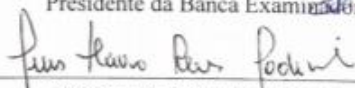
**Márcia da Silva Clemente: Desafios e possibilidades na trajetória de professoras negras universitárias**

Cachoeira – BA, aprovada em 9/08/2019.

BANCA EXAMINADORA



Presidente da Banca Examinadora



Membro da Banca Examinadora



Membro da Banca Examinadora



Discente

## AGRADECIMENTOS

Pode parecer estranho pra muita gente, mas de início gostaria de começar agradecendo a mim. Sim, isso mesmo! Agradeço a mim, por ter me deixado permitir que todo esse processo de aprendizagem cruzasse a minha vida. Todas as dificuldades encontradas no caminho como mãe e mulher e as inúmeras tarefas destinadas, sendo um desafio atrelar uma vida acadêmica e profissional numa sociedade patriarcal como o Brasil, onde já nascemos com papéis de gênero pré-estabelecidos.

Também reconheço que sozinha não conseguiria chegar a lugar nenhum, as pessoas que fizeram parte dessa trajetória direta e indiretamente merecem os mais sinceros agradecimentos.

Aos meus pais, Valderlene Souza Pacheco de Jesus e Domingos Melo do Nascimento (resolvi colocar o nome da minha mãe primeiro por um ato de resistência, mas não muda em nada o sentimento de gratidão pelos dois.) pelos pedidos em oração e a fé inabalável em um Deus único e vivo, que me fortaleceu o tempo todo nessa trajetória e que se faz presente na minha vida.

Aos meus filhos, Daniel e Luara, parte fundante desse processo, cada passo dado faço por eles e para eles, e pela maturidade em compreender as minhas ausências em certos momentos.

A minha única e amada irmã Dandara, por sempre dizer do seu jeitinho “ei irmã! Precisando estou aqui!”. A minha tia Tetinha, que sempre se fez presente, vibrando em cada conquista junto comigo, me fazendo lembrar a todo instante que eu sou capaz. A minha família de sangue (tios, tias, primos e primas), que de alguma forma contribuíram para que hoje eu me tornasse o que sou principalmente para aqueles que ainda não puderam penetrar nesse universo transformador da universidade, dedico este trabalho.

A minha família afetiva por laços eternizados através da minha filha Luara, seu pai Paulinho, suas tias Paloma e Patrícia e sua avó Catarina, que vivenciaram comigo esse caminho desde o início, cada semestre, as angústias e alegrias, e por compartilhar principalmente o cuidado com Luara nos dias e noites em que eu não pude estar presente. Pra vocês meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço a Professora Márcia Clemente, por aceitar o meu convite e protagonizar essa pesquisa, representando as professoras negras universitárias.

À Professora Priscila Miraz, por mergulhar junto comigo me orientando e me direcionando nas possibilidades metodológicas e epistemológicas para concretude deste

trabalho. Sempre muito franca, respeitosa e dedicada, tenho certeza que nossa relação não se findará junto com esse ciclo que esta se fechando para mim. Obrigada por tudo.

Ao professor Luís Flávio Godinho, pela atenção diária aos meus inúmeros apelos e dúvidas, um exemplo de mestre que levarei comigo para sempre. Muito... mas muito mesmo, obrigado!

As minhas companheiras de sala, Nete, Juliana, Maylane, Siuane e Manoela, por terem ouvidos acolhedores nos momentos em que mais precisei, por transformarem as noites e dias na universidade, mais doce e alegre. Levarei vocês da universidade para a vida, amo vocês, minhas “curicas”. Aos amigos que aprendi a admirar, Joci, Rodrigo e Tamires. A turma 2015.1, que sigamos resistindo, tenho certeza que o caminho de cada um será brilhante.

Agradeço aos companheiros do CEAPA de Cruz das Almas que me acolheram de maneira grandiosa como primeiro campo de estágio, em especial Daniela minha supervisora de estágio, que me ensinou muito sobre ética profissional.

Ao Sesc – Programa Mesa Brasil, meu segundo campo de estágio, uma família que levarei em meu coração para sempre, um agradecimento exclusivo para Claudine Leal, minha querida supervisora de campo, saiba que entrei como uma Assistente Social em formação, e estou saindo uma Assistente Social completa, graças a você, minha companheira de lutas!

Acho que não esqueci ninguém, mas se caso ocorreu sinta-se contemplado através desse trabalho como uma humilde contribuição de conhecimento.

Enfim, agradeço a Deus e aos anjos de luz que me proporcionaram conhecer pessoas tão iluminadas nesse ciclo da minha vida que está se completando.

## RESUMO

Este trabalho pretende apresentar a trajetória de vida da Professora Márcia da Silva Clemente, em uma perspectiva interseccional, apontando as categoriais sociais de raça, gênero e classe, relacionada aos direitos humanos. Como metodologia a história oral e sua vertente de trajetória de vida, de cunho qualitativo e caráter exploratório, através de entrevista e levantamento bibliográfico. O estudo irá trazer uma relação dos referenciais teóricos de intelectuais negras, e de outros autores que contribuem nesse sentido. Perpassará por um contexto histórico da formação do Brasil pós- abolição, que comprova o racismo e o sexismo como estruturas enraizadas de opressões, que colaboram com as desigualdades sociais no Brasil. Refletirá a universidade como espaço ocupacional de mulheres negras seus desafios e possibilidades e a importância do movimento feminista negro. Apresentará a Universidade Federal do Recôncavo e o Centro de Artes Humanidades e Letras como lócus da pesquisa em que atua a Professora Márcia da Silva Clemente.

**Palavras-Chave:** Universidade. Gênero. Raça. Interseccionalidade. Mulher negra.

## RESUMEN

Este artículo pretende presentar la trayectoria de vida de la profesora Márcia da Silva Clemente, en una perspectiva interseccional, señalando las categorías sociales de raza, género y clase, relacionadas con los derechos humanos. Como metodología la historia oral y su aspecto de trayectoria de vida, de naturaleza cualitativa y de carácter exploratorio, a través de entrevistas y encuestas bibliográficas. El estudio traerá una lista de las referencias teóricas de los intelectuales negros y otros autores que contribuyen a esto. Permeará un contexto histórico de la formación del Brasil posterior a la abolición, que prueba el racismo y el sexismo como estructuras arraigadas de opresión, que colaboran con las desigualdades sociales en Brasil. Reflejará a la universidad como un espacio ocupacional para las mujeres negras, sus desafíos y posibilidades y la importancia del movimiento feminista negro. Presentará la Universidad Federal de Recôncavo y el Centro de Humanidades y Letras de las Artes como el lugar de la investigación en la que trabaja la profesora Márcia da Silva Clemente.

**Palabras Clave:** Universidad. Género. Raza. Interseccionalidad. Mujer negra.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Márcia da Silva Clemente .....	42
---	----



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Mulheres Negras e Taxa de Desemprego no Brasil em 2000 .....	33
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPPS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAHL	Centro de Artes Humanidades e Letras
CEAPA	Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Queer e Intersexuais
MSC	Márcia da Silva Clemente
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
SESC	Serviço Social do Comércio
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 CAPÍTULO I</b> .....	16
<b>1.1 E Essa Tal “Liberdade”!</b> .....	16
<b>1.2 Luta pela Educação: Discussão Histórica e Mobilização dos Negros e Negras pela Educação no Brasil</b> .....	22
<b>1.3 Gênero como Forma Histórica de Reflexão para as Desigualdades Sociais</b> .....	25
<b>2 CAPÍTULO II</b> .....	28
<b>2.1 Trabalho Docente: a Universidade como Espaço Ocupacional da População Negra e a Importância das Políticas Afirmativas para Essas Trajetórias</b> .....	28
<b>2.2 Mobilização e Intelectualidade de Mulheres Negras no Brasil: Conquistando Espaços</b> .....	32
<b>2.3 Interseccionalidade: O Ponto de Tensão Entre Raça, Gênero e Classe</b> .....	35
<b>3 CAPÍTULO III</b> .....	38
<b>3.1 O Espaço da UFRB/CAHL: Contextos e Procedimentos Metodológicos da Pesquisa</b> .....	38
<b>3.2 Márcia da Silva Clemente: A Entrevista e Suas Narrativas</b> .....	41
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	53
<b>APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista</b> .....	59
<b>APÊNDICE B – TCLE</b> .....	62

## INTRODUÇÃO

“Sei que estamos nessa luta por um tempo indeterminado, que não vamos resolver esse problema nem hoje nem amanhã. Portanto, temos que aprender a manter a alegria, mesmo quando enfrentamos grandes dificuldades. Meu trabalho representa a forma como escolhi viver. Quero continuar lutando”.

(Angela Davis<sup>1</sup>)

Articular na direção da luta dos direitos humanos contra relações de opressão, exploração e apropriação das mulheres é uma urgência dentro de uma sociedade patriarcal, racista e capitalista, e para as mulheres negras a ruptura com essas opressões torna-se mais do que necessário por sofrerem cotidianamente todos os tipos de violência. Dessa maneira os direitos humanos reafirmam a garantia da dignidade humana, assim escrito em seu artigo 1º:

Art. 1

+Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. (DECLARAÇÃO..., 2009).

A pesquisa baseia-se na perspectiva dos direitos humanos e, sobretudo os direitos das mulheres, não como uma estratégia findada como afirma a Assistente Social Mirla Cisne mestra e doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuante em projetos de temáticas feministas, movimentos sociais, serviço social, relações sociais de sexo, raça-etnia e classe, a autora coloca os direitos humanos como um caminho para uma transformação societária em que não se necessita clamar por direitos aparentemente óbvios dentro de uma sociedade, completando nesse sentido:

[...] pensar em direitos humanos para as mulheres, exige uma luta por uma sociedade sem patriarcado, racismo e classes sociais. Somente com a eliminação dessas determinações, as múltiplas violências contra a mulher podem ser abolidas. Isso não significa que a luta contra a violência pode esperar por essa nova sociabilidade. Ao contrário, é no esteio da luta cotidiana contra violência e por direitos humanos para as mulheres que se deve+ buscar construir novas relações sociais. Para tanto, creio que entender as múltiplas expressões e determinações dessa violência é

---

<sup>1</sup> DAVIS, Angela. Viver e Continuando Lutando. In: WERNECK, Jurema (Org.). **O Livro da Saúde das Mulheres Negras**. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000, p. 72.

indispensável para a compreensão da importância da luta por direitos humanos para as mulheres. (CISNE, 2015, p. 146).

Embasado nesse pensamento o estudo parte das desigualdades de gênero, raça e classe intrínsecas na sociedade brasileira, e que se intensificam quando se trata de mulheres negras e sua inserção e permanência no mercado de trabalho, em específico no âmbito do ensino superior como espaço ocupacional de mestras e doutoras negras.

Sendo as mulheres negras um grupo historicamente discriminado, a pesquisa se apropria do ponto de vista da interseccionalidade, que traz uma sensibilidade analítica levando em consideração consequências identitárias, de acordo com Carla Akotirene (2019), assistente social, mestra e doutora em seu livro *Interseccionalidade*, tratando das desigualdades de maneira transversal, já que essa concepção favorece um fortalecimento no combate das opressões vividas na sociedade conjuntamente.

Observando a movimentação da questão social considerando as relações étnico-raciais e de gênero pelo Serviço Social, esse debate se faz profundamente relevante por ser a raça negra o centro das discriminações e ausências de direitos sociais, de acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS):

Esses questionamentos exigem competência teórico-política acerca dos fundamentos da questão étnico-racial na realidade brasileira, assim como de suas diversas expressões na produção e reprodução da vida social. Requerem, ainda, conhecimento das contribuições de articulação deste debate, parte constitutiva da vida social e da realidade brasileira aos fundamentos do Serviço Social. (ABEPSS, 2018, p. 423).

O estudo se apropria da genealogia de Michel Foucault, filósofo francês pós-estruturalista que reflete sobre a sociedade de maneira ramificada, e não a enquadra em estruturas. Esse pensamento agrega as particularidades dos indivíduos e acompanha as transformações societárias, sem necessariamente amarrar a história, através da cronologia progressista positivista, garantindo uma complexidade histórica que acompanha a dinâmica da vida real, incluindo também as discussões das questões étnico-raciais consideradas no referido estudo, assim:

[...] seria mais sabido não considerarmos como um todo a racionalização da sociedade ou da cultura, mais analisá-la como um processo em vários campos, cada um dos quais com uma referência a uma experiência fundamental: loucura, doença, morte, crime, sexualidade etc. [...]. (FOUCAULT, 1995, p. 233).

O caminho metodológico que será utilizado na pesquisa tem caráter exploratório, de cunho qualitativo através de estudos bibliográficos de fontes primárias e secundárias, assim

como o método de história oral tendo como procedimento metodológico a trajetória de vida através de entrevista semiestruturada com análise das informações coletadas, compreendendo que:

As pesquisas sociais buscam relatar e refletir a dinâmica social de um grupo, de algum lugar, num determinado contexto. As narrativas biográficas podem ser utilizadas como ferramentas de pesquisa e como métodos integrais para o desenvolvimento de resoluções para os problemas de uma sociedade. As histórias de vida continuam sendo instrumentos fundamentais para compreensão e análise de relações sociais, de processos culturais e do jogo sempre combinado entre atores individuais e experiências sociais, entre objetividade e subjetividade. (KOFES, 1994, p. 24).

Assim, a trajetória de vida de um indivíduo representará um coletivo, neste caso professoras negras universitárias. Como afirma Queiroz (1988, p.20): “Mesmo que o cientista social registre somente uma história de vida, seu objetivo é captar o grupo, a sociedade de que ela é parte; busca encontrar a coletividade a partir do indivíduo.”

Além disso, o uso da história oral através da sua vertente de trajetória de vida é uma ferramenta metodológica que protagoniza indivíduos historicamente esquecidos, libertando suas vozes e suas histórias contadas por si mesmas, afastando qualquer tipo de “ruído” nos relatos, como explicam Gonçalves e Lisboa (2007):

Born, Krüger e Lorenz-Meyer (1996) afirmam que a pesquisa relacionada com trajetórias de vida é uma área relativamente nova na sociologia, tendo como ponto de partida a mobilidade social, bem como a trajetória das mulheres que iniciam uma carreira profissional e a mudança de status e de rotina que isso acarreta em suas vidas: interrompem sua carreira profissional porque decidem ter um filho, constituir família, ou optam em sair do emprego. (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p. 87).

É preciso ter o entendimento sobre os conceitos de raça e etnia, já que os termos serão utilizados juntos no estudo, entendendo que nenhum conceito se sobrepõe ao outro, mas sim, que completam o sentido da categoria étnico-racial, de maneira que raça corresponde aos traços físicos de um povo e etnia compreende aspectos culturais, conforme definição de Stuart Hall (2005), teórico cultural jamaicano, que diz:

[...] etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais [...] língua, religião, costume, tradições, sentimento de lugar [...] que são partilhados por um povo [...]. (a raça) é uma categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas corporais, cor de pele, textura de cabelo, características físicas e corporais, etc. [...] como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (HALL, 2005, p. 62-63).

A pesquisa abordará as categorias de trabalho e classe como construção social de uma sociedade capitalista que se apropria das esferas societárias em favor de um sistema econômico exploratório da classe trabalhadora formada historicamente em sua grande maioria por negros (as) no Brasil, oriundos de um passado escravocrata. Refletindo nessas relações, a concepção de poder como estratégia de combate e não como lugar e posse, conforme Foucault (1993 apud PELEGRINI, 2012, p. 9).

O estudo contempla em seu primeiro capítulo um apanhado histórico desde a abolição dos escravos e de que maneira foi oferecida essa condição de liberdade nas áreas da educação e do trabalho para os negros (as) libertos, desmistificando a Lei áurea como um favor, mas sim como resultado, mesmo que incipiente de lutas e movimentos. Abordará também a categoria trabalho e do que restou como trabalho para essa população, e de que maneira se fez presente a luta pela educação, assim como a mobilização da população negra para esse propósito.

A pesquisa faz uma análise a partir de autores como Florestan Fernandes e Lélia Gonzalez que apresentam a concepção do mito da democracia racial, e como esse entendimento banaliza as questões étnico-raciais no Brasil recaindo na meritocracia e em tantos outros aspectos que contribuem para manutenção do conservadorismo. Apresentaremos ainda neste capítulo o gênero como forma histórica para reflexão das desigualdades sociais para além do sexo biológico.

O capítulo II versa sobre o trabalho docente e a universidade como espaço ocupacional para mulheres negras, contribuindo para uma ruptura de um ciclo hegemônico que determina raça, gênero e classe social. Percebendo também esse espaço como reprodutor do racismo, do sexismo e do racismo institucional.

O capítulo recebeu uma contribuição enriquecedora para o debate das políticas afirmativas de inserção e permanência no ensino superior público, da coordenadora de Políticas Afirmativas da UFRB, Thiala Lordelo. A coordenadora enfatiza a importância dessas ações nas trajetórias de mulheres negras como uma forma de reparação, numa perspectiva de equidade para esse grupo em específico.

O estudo irá trazer um debate sobre os movimentos sociais, negro e feminista, e o movimento feminista negro, na luta do direito a educação digna e sem discriminação para as mulheres, sendo relevante o papel dos movimentos sociais de cunho educativo e emancipatório para toda população. A pesquisa trará algumas intelectuais negras que galgaram espaços dentro da sociedade brasileira travando discussões contra o racismo e o sexismo.

Ainda no capítulo II, o conceito de interseccionalidade e sua aplicabilidade na prática profissional do assistente social, e de que maneira essa concepção reverbera na realidade das pessoas.

O capítulo III e último, dará início a uma explanação sobre o espaço da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, mais precisamente o Centro de Artes Humanidades e Letras no município de Cachoeira, recôncavo da Bahia, traçando uma síntese histórica até o seu surgimento. Também trará justificativas sobre o recorte do curso de Serviço Social para a pesquisa, assim como o corpo docente e a escolha da professora entrevistada.

Ainda no capítulo III, análise dos dados colhidos na entrevista protagonizada pela Professora Márcia da Silva Clemente e suas narrativas, relacionando seu depoimento sobre a sua trajetória de vida acadêmica com os objetivos propostos para o trabalho.

Dessa maneira, o estudo irá trazer o debate da universidade como espaço ocupacional de docentes negras, reconhecendo esse local como reprodutor das desigualdades raciais e de gênero permitindo que se lancem discussões na esfera de produção de conhecimento e propostas de embates nesse aspecto.

Tendo em vista a amplitude da abordagem das categorias envolvidas na pesquisa, raça, gênero e classe, compreendidas numa perspectiva de construção social na sociedade brasileira, esse trabalho de conclusão de curso pretende ser o começo de um caminho a ser percorrido para o aprofundamento das discussões lançadas a partir daqui.



## 1 CAPÍTULO I

“Ninguém ouviu/ Um soluçar de dor/ No canto do Brasil/ Um lamento triste sempre ecoou/ Desde que o índio guerreiro/ Foi pro cativo e de lá cantou/ Negro entoou/ Um canto de revolta pelos ares/ Do Quilombo dos Palmares/ Onde se refugiou [...]”.

(Clara Nunes<sup>2</sup>)

### 1.1 E Essa Tal “Liberdade”!

As questões que assolam o povo negro no Brasil compreendem âmbitos, como educação, trabalho, saúde, entre outras, a partir de um tom de pele destinado sempre a inferiorização, à opressão e ao descuidado. Dessa forma, como seguimento vulnerabilizado, os negros (as) em sua grande maioria estão no centro da questão social requerendo assim políticas que particularizem o perfil étnico-racial desse grupo em específico.

Essas questões se intensificam ainda mais no caso das mulheres negras, que sofrem com o preconceito racial e de gênero no ambiente de trabalho, fator que colabora com a dificuldade de entrada dessas mulheres no mercado de trabalho, além da carga de responsabilidade que carregam em suas famílias, ainda acumulando várias tarefas dentro e fora de casa. “A mulher negra no Brasil é discriminada duas vezes: por ser mulher e por ser negra” (AGUIAR, 2007, p. 87).

Essas desigualdades podem ser comprovadas através de indicadores e pesquisas como, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2014), que levou em consideração dados dos últimos seis anos compreendendo o período entre o segundo trimestre de 2014, ponto mais baixo da taxa de desemprego, e o primeiro trimestre de 2017, o ponto mais elevado, concluindo que em três anos a taxa de desemprego para as mulheres negras saltou de 10% para 18%. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) também aponta o perfil de inserção no mercado de trabalho das mulheres negras chefes de família que “a conjugação dos

---

<sup>2</sup>Trecho da música Canto das Três Raças de Clara Nunes.

efeitos do racismo e do sexismo torna ainda mais difícil para as mulheres negras conseguirem ocupação no mercado de trabalho” (BRASIL, 2013).

Analisaremos a educação destinada a esse grupo específico, e do trabalho pensado a partir de um contexto societário escravocrata com transição para o sistema capitalista, mais precisamente a partir do século XIX, período da pós-abolição. Para tanto, manteremos de início a discussão de forma mais generalizada, para compreensão de um apanhado histórico sobre a população negra, a educação e o trabalho desse povo no Brasil.

A partir de 1888, após a abolição dos escravos, mais precisamente em 13 de Maio de 1888, quando foi assinada a Lei Áurea pela Princesa Isabel, extinguiu-se o trabalho escravo no Brasil. Ainda que essa Lei tenha sido executada de maneira incipiente, contendo apenas dois artigos, e sancionada sem nenhuma condição de direitos assegurados para os povos negros libertos, foi um marco importante para o processo de extinção da escravidão.

A Lei Áurea, de número 3.353 de 13 de Maio de 1888, beneficiava aos escravos gozarem da liberdade e de não serem mais tratados como propriedades, declarando extinta a escravidão no Brasil em seu primeiro artigo dessa maneira:

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléa Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil (BRASIL, 1888).

Fato que não deixa de ser uma conquista para aqueles que lutaram com esse propósito, como os abolicionistas, os negros escravizados, negros libertos, pessoas da classe média e alta sociedade, que não se acomodaram e promoveram atos de resistências, sendo os quilombos a maior representação da resistência dos povos negros escravizados, assim como as revoltas, se tornando “duros núcleos de resistência” como contribui a autora Kátia Maria de Queirós Mattoso (2003), que foi especialista em história econômica e social da Bahia e em história social da escravidão, em seu livro *Ser Escravo no Brasil*, além de lutas parlamentares e manifestações artísticas.

Podemos citar algumas personalidades da época engajadas nesse propósito como:

Luís Gama, ex-escravo, que se tornou advogado, nasceu em 1830 em Salvador, mãe africana e pai branco de origem portuguesa, e usava o direito para defender os escravos, Maria Tomásia Figueira Lima, aristocrata que lutou pelo adiantamento da abolição dos escravos no estado do Ceará, filha de uma família tradicional da cidade de Sobral, na capital tornou-se uma das principais articuladoras do movimento que levou o estado a decretar a abolição dos escravos quatro anos antes da Lei Áurea, André Rebouças, engenheiro nascido em família negra livre, era adepto de uma reforma agrária que concedesse terras para os ex-escravos, Adelina, a charuteira cujo sobrenome, data de nascimento e morte não são conhecidos, atuava como espiã,

filha bastarda e escrava do próprio pai, criada na casa grande aprendeu a ler e escrever, e trabalhando nas ruas assistia a discursos abolicionistas e resolveu se envolver na causa, e ainda Maria Firmina dos Reis, primeira escritora abolicionista, maranhense negra e livre, filha bastarda, formou-se professora primária e publicou em 1859 o livro “Úrsula” considerado por alguns historiadores o primeiro romance abolicionista do Brasil, criou ainda uma escola gratuita e mista para crianças pobres. (ROSSI; COSTA, 2018).

É importante retroceder um pouco na história e citar personalidades como essas entre tantos outros, para reafirmar essa luta até o momento da abolição, e ter o entendimento de que esse processo não foi um favor da Princesa Isabel, e que os negros fizeram parte fervorosamente diante das possibilidades em que viviam, sendo protagonistas da sua própria história.

Dessa forma, os povos negros escravizados viveram atrocidades em vários campos de sociabilidade, inclusive na esfera do trabalho sendo essa a mais importante, por se tratar de meios de sobrevivência, sendo obrigados a exercerem atividades subalternas, com condições de trabalhos precarizados até os dias atuais, a categoria trabalho pensada como sentido de uma vida como explica Antunes (1999):

Para que haja uma vida dotada de sentido, é necessário que o indivíduo encontre na esfera do trabalho o primeiro momento de realização. Se o trabalho for autodeterminado, autônomo e livre, será também dotado de sentido ao possibilitar o uso autônomo do tempo livre que o ser social necessita para se humanizar e se emancipar em seu destino mais profundo. A busca de uma vida dotada de sentido a partir do trabalho permite explorar as conexões decisivas existentes entre trabalho e liberdade [...] (ANTUNES, 1999).

Essa liberdade concedida aos negros escravizados não veio acompanhada de reconhecimento, de valores éticos como justiça social, igualdade e equidade, o que confirma a negação de direitos para o povo negro liberto, sendo o trabalho a esfera que revela essa desigualdade nitidamente, contestando justamente essa ideia de trabalho livre que Antunes (1999) traz.

Para corroborar com o que foi dito, Abreu e Ribeiro (2014) ainda explicam que “[...] após a abolição, os negros/negras passaram de escravos/escravas para homens/mulheres livres. Esta mudança não alterou as relações sociais, bem como sua representação como pessoa [...]”.

É importante enfatizar que as mulheres negras sempre estiverem na base da pirâmide, vivenciando opressões múltiplas, como no caso o sexismo e o racismo definido por Almeida (2016) como:

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem raça como fundante, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam [...]. (ALMEIDA, 2016, p. 25).

Tendo como forma de entendimento dessas opressões o cruzamento das mesmas a partir da perspectiva da interseccionalidade. Dessa maneira todas as violações de direitos apresentadas até aqui e enfrentadas pelos povos negros deverão ser consideradas ainda mais severas para as mulheres negras.

Nos anos seguintes de transição entre o regime escravocrata e o assalariado, os negros (as) livres experimentaram condições de vida sem o mínimo de direitos garantidos, despreparados para o mercado de trabalho, perdendo ainda mais espaço com a chegada dos imigrantes oriundos da guerra nos países europeus.

Salientamos aqui que a imigração não se deu pura e simples pelo fato da guerra nos países europeus, mas foi usada como resposta do governo ao descontentamento dos grandes agricultores com a abolição dos escravos para suprir a necessidade de mão de obra em seus latifúndios, influenciando totalmente as relações sociais e de trabalho no Brasil, o que ocasionou um entendimento de superioridade das raças como afirma Sueli Carneiro (2006):

As desigualdades que hoje percebemos vêm sendo construídas historicamente e decorrem de uma abolição inconclusa, não acompanhada de nenhuma política de inclusão efetiva da massa dos ex-escravos. Esta, ao contrário, foi relegada socialmente por meio de uma política eugênica de branqueamento de uma sociedade, pelo estímulo de uma imigração européia, e mediante de políticas de exclusão que impediram o acesso democrático dos negros à educação formal e ao mercado de trabalho, limitando suas possibilidades de participação na vida social do país. [...] (CARNEIRO, 2006, p. 25).

Os negros (as) libertos juntamente com os imigrantes europeus, tornaram-se um verdadeiro exército de mão de obra respondendo aos anseios dos agricultores, de maneira que os negros libertos em sua grande maioria não tinham qualificação, o que ratifica a situação de negros (as) libertos sem condições de competir por espaços de trabalho com os imigrantes, obrigados a aceitar qualquer tipo de atividade oferecida para suprir suas necessidades básicas para sobrevivência, confirmando uma subserviência condicionada ao povo negro desde antes até os dias atuais, conforme Lima (2017, p.356) “agravando a desigualdade racial pela manifestação ambígua e disfarçada de uma condição real de expropriação e dominação do negro”, fato esse que reverbera a estruturação do racismo na sociedade brasileira.

Para tais confirmações trazemos também a colocação de Florestan Fernandes, um dos mais importantes sociólogos brasileiros que contribui criticamente com o processo de desagregação do regime escravocrata afirmando que o processo de abolição dos escravos “[...]”

foi conduzido sem a garantia de direitos aos negros libertos e fez com que quase a totalidade dos ex-escravos fosse reabsorvida nas áreas rurais em condições análogas às anteriores.” (FERNANDES, 2008, p. 25), condições que persistem até os dias atuais, se fazendo necessário políticas de reparação para a população negra no Brasil.

Também é importante pensar que tipo de trabalho foi destinado para esse povo, trabalhos precarizados e remunerações injustas, e para as mulheres negras trabalhos ainda muito piores, até mesmo sendo exploradas sexualmente e tratadas como objeto sexual resquícios da escravidão, por serem obrigadas a servirem aos seus senhores, conforme Angela Davis (2016, p. 36) as mulheres “[...] não eram apenas açoitadas e mutiladas mais também estupradas.”.

A partir de 1888 e nos anos seguintes percebemos uma liberdade forjada por interesses da classe dominante, classe essa considerada o centro de um ciclo econômico de uma sociedade capitalista fundamentada no lucro a todo custo, e que se utiliza das leis, da estrutura política e jurídica, para controle da população, fazendo com que os indivíduos naturalizem violações de direito, além de massificar uma consciência imposta do que se deve ser.

Toda essa naturalização vem de uma ideologia fatalista<sup>3</sup> inculcada na consciência da classe trabalhadora, ocasionada propositalmente por um projeto neoliberal<sup>4</sup> de governo, que através de inaccessos impedem a superação da mesma, principalmente o direito a educação pública e como essa educação se desenvolve em seus vários níveis, desde a educação básica até o ensino superior. Como traz Paulo Freire (1996) em sua obra “Pedagogia da Autonomia” que relaciona o fatalismo a uma estratégia neoliberalista.

A educação é a porta de entrada para que se rompa com o fatalismo, e consequentemente com a naturalização das violações de direito, e é pela educação também que se chega à essência da sociedade, suas forças e fraquezas, visando à práxis para uma transformação societária.

Com relação à “liberdade forjada”, recorreremos a essa ideia para compreender melhor a concepção do mito da democracia racial, que é exatamente esconder a realidade, dessa maneira Florestan Fernandes (1989, p. 17) trouxe contribuições no sentido de desmistificar essa democracia quando nos diz que “o mito tem a função de esconder a realidade”.

A historiadora e filósofa Lélia Gonzalez (1984), uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), traz na sua obra Racismo e Sexismo na cultura brasileira, o sentido

---

<sup>3</sup> Maneira de perceber os acontecimentos societários de uma forma imutável.

<sup>4</sup> O Projeto neoliberal caracterizou-se pela subordinação incondicional ao mercado e abominava todo e qualquer tipo de intervenção estatal na economia e na sociedade, conforme Negrão (1996).

do mito da democracia racial, para além da categoria trabalho e suas implicações na economia, de uma forma irônica, porém reveladora de um caráter societário, ela reforça esse conceito trazendo a naturalização do racismo no Brasil e ainda a individualização através da meritocracia, como podemos perceber na citação a seguir que remete a uma fala equivocada de como acontece essa naturalização do racismo no Brasil:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (GONZALES, 1984, p. 226).

O discurso da meritocracia é fruto do mito da democracia racial, que corrobora com o entendimento de que todos são iguais, talvez sim como raça humana, mas nesse caso não, pois trata-se de raça entendida aqui como uma categoria social para tratar das desigualdades existentes na sociedade brasileira, e que as oportunidades estão postas para todos, cabendo a cada um conquistar seu espaço, afastando a deficiência do estado, principalmente com a população negra que herdou inúmeras violações de direito de um passado escravocrata, permanecendo até os dias de hoje.

Trazemos então como concordância da concepção meritocrática explanada anteriormente o conceito por Arrais Neto e Cruz (2011):

O conceito de meritocracia infere que os indivíduos são tidos como iguais na perspectiva da capacidade de superação das dificuldades para obtenção de sucesso e ascensão profissional, desconsiderando o indivíduo na sua condição de classe social e do contexto de transformações no mundo do trabalho, pautado no “capitalismo flexível”. (ARRAIS NETO; CRUZ, 2011, p. 80).

Faz-se necessário esse trabalho sobre a memória na esfera da produção de conhecimento, apontando as atrocidades vividas pelo povo negro, para que não caia no esquecimento, ou muito pior na naturalização que recai no vitimismo, concepção que desacredita da luta das minorias em busca de reparação social, banalizando as violações de direito.

Relacionando essas práticas, o mito da democracia racial e a ideologia meritocrática fazem parte de uma lógica capitalista, conforme Bento (1995) que não reconhece os diferentes grupos, e que movimenta toda uma sociedade, em torno da centralidade trabalho como fundante do ser social como apontado por Netto e Braz (2006).

Dado o exposto, mesmo que o Brasil tenha sido considerado um país racista tardiamente, em 1990 com a Constituição Federal em forma da Lei nº 7.716, de 05 de Janeiro de 1989 (BRASIL, 1989), percebe-se muito antes a estruturação do racismo, acentuada nas relações de trabalho após a abolição da escravatura, e ainda “permanecem sob reestruturação do racismo, numa escala constante de discriminações correlacionáveis” (LOPES, 2014, p. 16), o que compreende também o racismo institucional na esfera ocupacional.

## **1.2 Luta pela Educação:** Discussão Histórica e Mobilização dos Negros e Negras pela Educação no Brasil

A educação oferecida ou não a população negra, após a abolição da escravatura e o acesso para tal, foi um processo de exclusão social e conseqüentemente educacional, conforme Bastos (2016) que ainda complementa:

A escravidão muito mais que um sistema econômico, foi um processo de educação pelo medo, que disciplinou condutas, definiu hierarquias sociais, forjou sentimentos e valores. Essa é uma história de exclusão, de desigualdades sociais, de discriminação e subtração da cidadania, que se reflete ainda no século XXI. (BASTOS, 2016, p. 743).

Não poderia ser diferente a invisibilidade do negro também na historiografia da educação brasileira, conforme Fonseca (2007 p. 12 apud BASTOS, 2016, p. 745) “há um silêncio das fontes da história da educação em relação ao pertencimento étnico-racial das comunidades negras.” Até porque elas quase não existiram, e as práticas de instrução e escolarização existentes por lei traziam dificuldades para o acesso dos negros (as) a educação, dificuldades essas que são citadas por Barros (2005 apud BASTOS, 2016, p. 747):

[...] mecanismos que foram acionados para dificultar o ingresso e permanência de alunos negros na escola, mesmo após o fim da escravidão. [...] “vestimentas adequadas”, [...] ausência de adulto responsável para realizar matrícula, assim como para adquirir material escolar e merenda [...]. (BARROS, 2005 apud BASTOS, 2016, p. 85).

Essas afirmações relacionam dificuldades como essas e tantas outras enfrentadas pela população negra até os dias de hoje, para conseguir acessar e permanecer na esfera da educação, sendo importante problematizar nesse momento as condições atuais que ainda persistem como dificuldades, do passado e que continuam no presente, e que apresentam desigualdades educacionais históricas para a população negra, mantendo um olhar crítico

sobre o espaço da escola para os negros, e a intencionalidade de uma classe dominante manipulando o estado na oferta da educação, principalmente em níveis educacionais elevados.

Esse silêncio no âmbito da história da educação dos negros (as) no Brasil desde abolição é também consequência de uma Lei pensada sem nenhuma atenção para libertação dos escravos, como já vimos anteriormente sem o mínimo de condições de trabalho, sendo muito pior na educação.

A carência de leituras que abordem o tema não deixa de ser uma informação sobre tal aspecto, pois se não existe história a dificuldade de produções teóricas aumenta ainda mais.

Sendo assim, na história da educação brasileira faltam temas e fontes que poderiam nos revelar essas informações conforme nos diz Rosimeire Santos, autora do artigo “A escolarização da População Negra entre o final do séc. XIX e o início do séc. XXI” professora do IFBA (Instituto Federal da Bahia):

[...] Têm sido esquecidos os temas e as fontes que poderiam nos esclarecer sobre as experiências educativas oficiais e alternativas dos negros e afrodescendentes. O estudo, por exemplo, dos mecanismos de conquistas da alfabetização por esse grupo; dos detalhes sobre a exclusão desses setores nas instituições oficiais; dos mecanismos criados para alcançar a escolarização extra-oficial; as vivências nas primeiras escolas oficiais que aceitaram negros, são exemplos de temas, que tem sido desconsiderados nos relatos da história oficial da educação e que ainda carecem de estudos sistemáticos. (SANTOS, 2008).

Salientamos essa lacuna na historiografia dos povos negros, no sentido de perceber o quanto os negros (as) eram excluídos ao ponto de não terem suas histórias contadas como pessoas, com suas vivências e relações sociais. Contudo, os poucos registros históricos sobre a entrada dos negros (as) na educação aqui no Brasil, fazem referência a luta da população negra e reivindicações.

É importante dizer para quem se destinava a escola, ou melhor, para quem “não” era destinada a escola antes e pós-abolição, conforme Fonseca (2012, p. 12 apud PASSOS, 2010, p. 2) “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”.

Assim, o processo de exclusão dos negros escravizados aparece nitidamente amparado pelo estado, e a educação nesse primeiro momento como uma ferramenta da classe dominante de controle para essa população, já que a o tipo de escolarização oferecida era apenas doutrinária, de obediência e submissão, considerando a cultura da leitura e escrita inútil para esse segmento, e depois da abolição a educação entendida como necessidade para compor um novo modelo societário, de acordo com Passos (2010).



Isso tudo que foi mencionado mostra o quanto os negros foram excluídos da esfera da educação desde antes até os dias de hoje, entretanto a luta se fez presente, a partir de denúncias dos abolicionistas e da inquietação dos povos negros.

Por outro lado, o acesso à educação para essa população no período de pós-abolição foi pensada de forma a corresponder os interesses da classe dominante, no sentido de qualificação somente para o trabalho, pois emergia ali o capitalismo. As reivindicações oriundas dos movimentos sociais pressionaram e continuam pressionando o estado, entretanto a resposta do estado não agrega qualidade aos serviços, são oferecidos de qualquer maneira, concluindo assim que a escola pública nunca foi destinada a classe dominante, pois esses acessam a educação que podem financiar isso explica essa falta de comprometimento do estado na qualidade dos serviços, e o descaso histórico com a população negra.

Existe aí uma contradição, pois essas condições não se refletem no ensino superior público. Na esfera da intelectualidade, os espaços eram ocupados pela classe dominante, até bem pouco tempo, mas precisamente, até o ano de 2012, com a sanção da Lei de políticas de cotas, o que possibilitou aos negros, oriundos de escolas públicas a inserção no ensino superior público e ainda assim nos cursos considerados elitizados a inserção do negro é quase nula, como nos cursos de medicina, por exemplo, apontado no Censo da Educação Superior do Brasil de 2016, com mais de 80% dos alunos brancos, dados disponibilizados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Há uma inquietação referente ao ensino público superior no Brasil. Como se explica a “boa” qualidade do ensino superior público enquanto a educação básica é de péssima qualidade? Nesse ensejo, vale contextualizar a história da chegada das universidades no Brasil, como afirma o professor doutor Juarez Bortolanza da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná):

Em praticamente todos os países americanos o sistema de ensino universitário fazia parte do sistema de ensino enquanto o Brasil, foi um dos mais retardatários a implantar a universidade, seja pela falta de interesse da Coroa portuguesa e/ou pelo desinteresse dos detentores do poder no país nesse período. [...] As universidades foram criadas após muita resistência de Portugal e também de brasileiros que as julgavam desnecessárias na Colônia. Entretanto, ainda no século XIX, diante das dificuldades encontradas pelas classes dominantes em conseguir acesso para cursar as universidades da Europa, criaram-se medidas para instituir o Ensino Superior no Brasil. (BORTOLANZA, 2017, p. 2).

Então, entendemos que as universidades chegaram ao Brasil com a premissa de atender as necessidades da classe dominante, que não estavam satisfeitas em mandar seus filhos estudarem no exterior. Mais uma vez percebe-se a intencionalidade do estado em

responder os interesses da burguesia e não do povo, sem considerar o ensino superior como uma política de estado para todos, ainda de acordo com Souza conclui-se que:

O surgimento do ensino Superior no Brasil como um modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante com característica elitista servia para atender os filhos da aristocracia colonial, que não tinham mais acesso às academias europeias. A natureza pouco universitária desses estudos utilitários (engenharia militar e medicina aplicada) e profissionalizantes, por meio de faculdades divorciadas organizacionalmente entre si, constituíram o sistema de ensino superior no Brasil, e apresentam suas distorções que, ainda agonizam sob os pontos de vista estrutural e de funcionamento do ensino superior brasileiro (SOUZA 2001, apud BORTOLANZA, 2017, p. 9).

Para consolidar o tratamento da educação oferecida aos povos negros é indispensável citar Paulo Freire, e a sua concepção de pedagogia crítica, que retrata uma educação libertária de inclusão social, liberdade além do direito constitucional, mas também liberdade de pensamento. Em sua obra “Pedagogia do Oprimido” do ano de 1968 o autor aborda questões que cabem perfeitamente na maneira que a educação foi apresentada aos povos negros, como forma de controle societário, Freire (1987) afirma:

A manipulação aparece como uma necessidade imperiosa das elites dominadoras, com o fim de, através dela, conseguir um tipo inautêntico de “organização”, com que evite o seu contrário, que é a verdadeira organização das massas populares emersas e emergindo. (FREIRE, 1987, p. 145).

Assim, invertendo as posições, se o acesso à educação para os negros (as) sempre foi um obstáculo, imagine como lócus de ocupação, pensar em um negro (a) como detentor de conhecimento, seria quase impossível no século XIX, e ainda hoje existem barreiras que impedem o crescimento de negros (as) nesses espaços.

### **1.3 Gênero como Forma Histórica de Reflexão para as Desigualdades Sociais**

Por se tratar de professoras universitárias negras a partir de uma trajetória de vida que representa um coletivo, nossa intenção é dar visibilidade aos desafios e possibilidades enfrentadas pelas mulheres na sociedade brasileira ao longo dos tempos sendo muito pior para as negras, e suas formas de enfrentamento contra desigualdades raciais e de gênero.

Nesse sentido, torna-se importante definir o conceito de gênero, não somente na sua questão biológica de identificação dos sexos, mas como uma construção social correspondente a hegemonia da sociedade, onde as relações de gênero se encontram dentro

das relações de poder, esfera em que a supremacia masculina é mais evidente. Assim abordaremos gênero na perspectiva que Foucault nos traz:

Nas relações de poder, a sexualidade, não é o elemento mais rígido, mais um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. (FOUCAULT, 1988, p. 98).

Desse modo, numa sociedade que prevalece uma ordem societária hegemônica como a sociedade brasileira, o gênero também é usado como ferramenta de dominação nas relações de poder.

O patriarcado se alicerça nessa perspectiva que Foucault nos traz, alinhado a interesses que se manifestam na dimensão de gênero, subordinando as mulheres aos homens, sendo mais dificultoso desconstruí-lo por estar na sociedade naturalizado como papéis sociais de gênero, o que vale a citação de Euclides (2017):

É legitimado assim por um habitusestruturado e estruturante das relações sócias que se configuram ainda pelo princípio de visão e divisão de lugares e espaços específicos para homens e mulheres na sociedade. Tais distinções se estabelecem de maneira hierárquica no qual lugares masculinos tendem a ser mais valorizados do que os lugares femininos supondo uma hierarquia direta entre os mesmos. O homem estaria diretamente relacionado aos espaços públicos, (rua, mundo dos negócios, conhecimento, mais ligados aquilo ao processo de produção que gera capital financeiro) e as mulheres aos espaços privados bem como a ideia de natureza como o cuidado da casa, filhos, horta e o quintal (reprodução social- que não gera capital econômico). Em ambas as situações descritas acima, o destino e a limitação dos papeis parece circunscrever toda a trajetória de homens e mulheres caindo, pois, em armadilhas e ciladas para ambos os sexos. (EUCLIDES, 2017, p. 38).

Assim, entender gênero e o patriarcado como uma construção social, é perceber que a sociedade se movimenta e se transforma, ainda que de forma resistente e lenta e a partir da percepção das opressões combatê-las.

Uma das estratégias de enfrentamento são os movimentos feministas que intensificam essas mudanças de realidade, saindo às mulheres da condição de cuidados domésticos e submissão para outros espaços ditos masculinos em todas as esferas societárias, inclusive na área de produção de conhecimento.

Na perspectiva foucaultiana, a autora e professora no Departamento de História da UNICAMP, Margareth Rago traz novas configurações para o feminismo pensado a partir de um olhar crítico sobre si mesmo, entendendo que:

[...] é possível perceber no contexto atual das batalhas feministas, uma nova relação que o feminismo estabelece consigo e nas imagens de si que projeta para o mundo. Na atitude de meta-crítica, esta relação se caracterizaria por um dobrar-se sobre si

mesmo, isto é, pela reflexão crítica sobre o próprio feminismo e por sua historicização, num movimento de avaliação e balanço de suas conquistas, avanços, limites e impasses, seja no campo das práticas, seja no do pensamento. (RAGO, 2004, p. 280).

Para as mulheres negras então, “rasgar” esses papéis é romper com inúmeras barreiras históricas impostas para elas, ainda que não se desprendam completamente desses papéis o que acaba acarretando múltiplas tarefas, contudo é importante perceber criticamente que a inserção das mulheres principalmente no mercado de trabalho é conveniente para uma sociedade capitalista na esfera da produção e exploração de mão-de-obra do trabalho.

Sobre isso Angela Davis também colabora na sua obra “Mulheres, Raça e Classe:

As mulheres negras pagaram um preço alto pelas forças que adquiriam e pela relativa independência de que gozavam. Embora raramente tenham sido “apenas donas de casa”, elas sempre realizaram tarefas domésticas. Dessa forma, carregam o fardo duplo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas. (DAVIS, 2016, p. 220).

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2016) “a desigualdade no acesso ao mercado de trabalho e nas condições de trabalho [...] é ainda mais intensa quando se trata das mulheres negras elas enfrentam dupla discriminação [...] de raça e de gênero.”.

As mulheres negras sempre estiveram e continuam em desvantagens ao longo da história, se fazendo necessário o enfrentamento dessas desigualdades sociais, raciais e sexuais através da dissipação e do reconhecimento das mesmas numa sociedade machista e classista que desvaloriza a posição das mulheres negras seja em qual for o seguimento.

## 2 CAPÍTULO II

“Dizem-me que estou fora do meu lugar, como um corpo que não está em casa. Dentro do racismo, corpos Negros são construídos como corpos impróprios, abjetos, ‘deslocados’ e logo, como corpos que não pertencem”.

(Grada Kilomba<sup>5</sup>)

### 2.1 Trabalho Docente: a Universidade como Espaço Ocupacional da População Negra e a Importância das Políticas Afirmativas para Essas Trajetórias

Tendo como foco a mulher negra na esfera de produção de conhecimento no Brasil, torna-se imprescindível descrever o espaço acadêmico como trabalho, pois intensifica a discussão de modo que aponte indícios de práticas racistas e sexistas nesse espaço, e de que maneira as ações afirmativas contribuem para que se cumpram essas trajetórias tão árduas para esses grupos minoritários como o grupo das mulheres negras.

A realidade acadêmica como esfera de atuação profissional para os negros (as) além de reproduzir desigualdades raciais e de gênero, também é uma forma de resistência e enfrentamento, sendo muito importante por essa razão, pautar a discussão como o pensamento interseccional que “permite-nos enxergar a colisão das estruturas”, de acordo com Crenshaw (2018 apud AKOTIRENE, 2019).

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (BRASIL, 2017) somente 16% dos entrevistados autodeclarados pretos e pardos davam aulas em universidades públicas e particulares no Brasil, a pesquisa ainda comparou o ano de 2010 com 2017 e esse número era ainda bem menor representando 11,5%. No que se refere às progressões a pesquisa mostrou que professores negros com mestrado em 2017 representavam 23% e com doutorado 17,6%, o que comprova que quanto mais alto o diploma do professor universitário menos representatividade racial terá nesses espaços.

Pensar em trajetória docente é pensar a partir da aprendizagem como discente desde o ensino básico até a graduação ou licenciatura, e continuando nesse espaço como local de prática ocupacional, e suas progressões de títulos de especialistas, mestres, e doutores. Para as

---

<sup>5</sup>KILOMBA, Grada. “**Descolonizando o Conhecimento.**” Uma Palestra - Performance de Grada Kilomba. MITsp, São Paulo, 2008.

peças negras a trajetória nesse espaço carregado de características elitistas que ditam quem deve permanecer nesses lugares, é bem mais difícil.

Vale salientar o quanto o trabalho docente é importante, destacando que sua distinção prevalece no tipo de trabalho de cunho imaterial em que o seu resultado não acarreta necessariamente em um objeto como aponta Godinho (2019):

[...] Tanto quem trabalha (professores) como quem é trabalhado (alunos) apresentam similitudes, tais como: subjetividades, interesses, motivações e valores. Esta dimensão interativa acaba por ser elemento marcante da natureza externa e interna dos trabalhadores que laboram em uma dimensão imaterial da atividade produtiva. Esta se apresenta muitas das vezes como um dos “ofício do cuidado”. Portanto, a concretização do trabalho de cunho imaterial apresenta características distintas em relação do tipo material, já que, ao fim da atividade, o sujeito-trabalhador não contempla visualmente uma coisa ou objeto. (GODINHO, 2019, p. 76).

A inserção da raça negra nos espaços de produção de conhecimento é a ruptura de um ciclo hegemônico que determina raça, gênero e classe social, entretanto a universidade não deixa de ser um local de segregação racial, tendo formas de exclusões veladas do racismo e sexismo de acordo com Crisostomo e Reigota (2009), se tornando contraditório entender que justo num ambiente de desconstrução exista a reprodução velada dessas opressões, o que recai no racismo institucional no caso do corpo docente, porém os discursos desconstrutivos apresentam-se como forma de resistência e luta.

O racismo institucional é explicado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) – Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017) como:

Uma das expressões do racismo, também conhecido como discriminação indireta, é o institucional. O racismo institucional está presente em diversos espaços públicos e privados. Está nas relações de poder instituído, expresso através de atitudes discriminatórias e de violação de direito. Por estar muitas vezes, naturalizado nas práticas cotidianas institucionais, naturaliza comportamentos e ideias preconceituosas, contribuindo fortemente para a geração e/ou manutenção das desigualdades étnico-raciais. (CFESS, 2016, p.11).

Além disso, existe uma questão relacionada à produção científica, a legitimidade de pesquisas realizadas por pesquisadores (as) negros (as), que tipo ideal de pesquisa é aceito, que tipo de conhecimento e ciência, como apontam as autoras Euclides e Silva (2016):

Essa maneira velada de deslegitimar o fazer científico de docentes negras, como já foi dito, é mais uma forma de deixar claro que tipo de ciência e que tipo de conhecimento é tido como o ideal dentro dos espaços acadêmicos, descaracterizando toda a capacidade de criação e reinvenção da realidade. (EUCLIDES; SILVA, 2016, p. 112).

Para esse comportamento ambíguo em relação às pesquisas realizadas por esses indivíduos, fazemos uma relação com a genealogia foucaultiana que agrega justamente as especificidades, substituindo intelectuais universais por intelectuais específicos conforme Foucault (2001 apud YASBEK 2012, p. 259), se afastando do padrão elitizado formado tradicionalmente para corresponder aos interesses da classe dominante, sendo o intelectual específico responsável pela sua própria história produzindo conhecimento de outra perspectiva de classe.

Além da deslegitimação da produção científica, existem várias outras faces do racismo institucional dentro da academia. De acordo com a Revista Eletrônica Gênero e Número<sup>6</sup> que ouviu mulheres negras presentes no corpo docente de programas de pós no Brasil, essas mulheres também apontaram racismo estético<sup>7</sup>, deslegitimação da fala, dificuldade de acesso às bolsas, necessidade de afirmação constante e ainda a solidão na luta dentro da academia, o que confirma que o racismo não acaba com a ascensão.

Nesse aspecto de deslegitimação da produção científica a autora Bell Hooks acusa em seu artigo “Intelectuais Negras” que:

As intelectuais negras que trabalham em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita. (HOOKS, 1995, p. 467).

Esses desafios apresentados revelam que o lugar de professor universitário não é visto de forma natural como lugar de negros assim afirma Brito e Gomes (2015):

[...] forma excludente de discriminação do negro quanto às suas características fenotípicas [...]. São as heranças sócio-raciais que atuam na educação e, por conseguinte, vão ter influência direta na seletividade laboral, seja na escolha, seja no acesso e ingresso no mercado de trabalho. (BRITO; GOMES, 2015, p. 138).

As políticas afirmativas surgem como reparação do estado para essas formas de exclusão e têm a importância do princípio de equidade e igualdade no âmbito da educação reparando as desigualdades entre raça-etnia e gênero existente na sociedade brasileira, servindo como base para a trajetória de ensino dos discentes permitindo a inserção e permanência dos mesmos na esfera da educação, principalmente do ensino superior,

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.generonumero.media/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

<sup>7</sup> Maria Simone Euclides, doutora em educação pela UFC (Universidade Federal do Ceará) e professora da UFPI (Universidade Federal do Piauí), teve como tema de sua tese “Mulheres negras, doutoras e professoras universitárias: desafios e conquistas”. Ela destacou que o racismo estético foi um ponto presente mais de uma vez durante as pesquisas qualitativas realizadas para a conclusão do doutorado, e se manifesta principalmente quando “estudantes se assustam com a nova professora ser negra, porque na visão geral não é o padrão para um docente universitário”.

entretanto existe um equívoco na interpretação dessas políticas por grande parte da sociedade que está totalmente ligada à existência de uma democracia racial no Brasil, o que dificulta de certa forma a eficiência de políticas ligadas às questões étnico- raciais, como aborda Reis (2007):

No Brasil, o termo **ação afirmativa** ainda é muito recente e desconhecido para grande parte dos brasileiros, tanto em termos de concepção quanto em suas múltiplas formas de implementação. O que pretendemos demonstrar é que existe uma **cegueira racial** que impede, ou dificulta, uma discussão profunda sobre as relações raciais brasileiras e, mais que isso, inibe ou tenta impedir a implementação de políticas públicas com base na raça. Essa situação se agrava se não temos um sólido campo de discussão sobre as ações afirmativas na esfera científica. (REIS, 2007, p. 50) (Grifos da autora).

Essa visão que Reis nos traz é de fato legítima, pois se no Brasil não há um reconhecimento do racismo, velado pelo mito da democracia racial, a implementação dessas ações não se dará por completa, o que dificulta o enfrentamento, então como tratar do que não se admite?

O depoimento da Coordenadora de Políticas Afirmativas da Universidade Federal do Recôncavo, Thiala Lordelo<sup>8</sup>, vem corroborando com a relevância dessas ações para a concretude dessas trajetórias, vejamos a seguir:

Considerando-se que a discriminação, o racismo e o sexismo, são elementos estruturantes da sociedade brasileira, as políticas afirmativas são fundamentais enquanto instrumento promotor de justiça social na medida em que objetivam garantir o acesso de grupos historicamente subalternizados aos espaços de formação acadêmica e profissional.No entanto, apesar de todos os avanços no que tange a implementação dessas políticas, há que se considerar que no contexto dos espaços educacionais como as universidades, além do acesso, é necessário que se priorize as políticas de permanência universitária com vistas a minimizar os desafios que esses grupos enfrentam na construção da trajetória acadêmica.Nesse contexto e a partir de uma perspectiva interseccional é notório que esses desafios são maximizados quando se refere às mulheres negras que socialmente são vítimas de uma dupla opressão (quanto ao sexo e a raça), e justamente por isso para essas mulheres as políticas afirmativas são ainda mais fundamentais.Sendo assim, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, preconizam a formulação de uma diversidade de políticas de permanência e pós-permanência que tem esse grupo como um dos públicos-alvo, entre estas:

Formação qualificada que favoreça a inserção na pós-graduação;  
Cotas para negros e negras em todos os cursos de graduação e pós-graduação;  
Programa de Permanência Qualificada com diversas modalidades de auxílio financeiro (Auxílio creche, pecuniário à alimentação, pecuniário à moradia, projetos, participação em eventos, entre outros);  
Inserção em programas de internacionalização;  
Acompanhamento psicossocial e pedagógico; etc. (LORDELO, 2019).

---

<sup>8</sup>Thiala Lordelo é a coordenadora de Políticas Afirmativas da UFRB, seu depoimento foi gentilmente cedido por e-mail, especificamente para essa pesquisa na data de em 27 de maio de 2019.



Dessa forma, essas políticas têm o papel de reparação social que possibilita uma base para que os grupos minoritários (negros, mulheres, jovens, nordestinos, homossexuais, quilombolas e outros) possam ascender em vários aspectos na sociedade.

Sendo assim, o espaço da universidade apesar de ser um local de desconstrução e de criticidade das ideologias impostas pela sociedade, também reproduz opressões, sendo importante rebatê-las para que se tenha uma plenitude ou pelo menos um ideal disso no acesso à educação superior tanto para professores quanto para alunos.

## **2.2 Mobilização e Intelectualidade de Mulheres Negras no Brasil: Conquistando Espaços**

Compreender a esfera de produção de conhecimento como um espaço de trabalho para as mulheres negras é exitoso, porém é considerar também a existência das desigualdades raciais e de gênero nesse espaço, e pensar nas estratégias de enfrentamento para tais desigualdades.

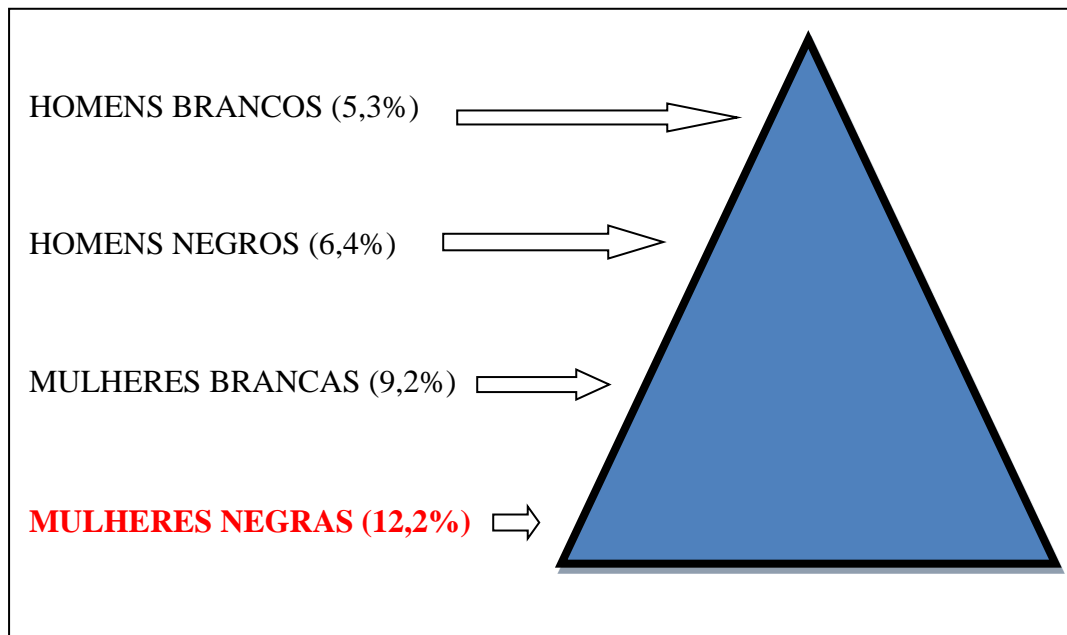
A negação da mulher negra nos espaços é apontado pela escritora negra feminista Bell Hooks como sendo:

[...] muito difícil associar a imagem de uma mulher negra a uma intelectual, a autora apresenta um exemplo clássico, quando não sabe-se o gênero da autoria de um determinado texto, porque costuma-se chamar pelo sobrenome, logo associa-se a imagem de um autor homem e branco, a imagem de intelectual construída está relacionada a um homem branco, em algumas vezes a mulheres brancas, mas dificilmente a homens e mulheres negras. (HOOKS, 1995 apud ASSIS, 2018, p. 28).

Não podemos deixar de lado as interferências positivas do movimento feminista e negro para que esses espaços fossem hoje ocupados. As mulheres em geral dentro de uma sociedade patriarcal como a sociedade brasileira tendem as piores condições em relação aos homens, e para as mulheres negras essas condições pioram ainda mais formando a base da pirâmide, ficando atrás até mesmo das mulheres brancas.

De acordo com o Dossiê de Mulheres Negras, desenvolvido pelo IPEA (2013), a pesquisa mostrou nos anos de 2000 que as mulheres negras representavam 12,2 % da taxa de desemprego no Brasil, como ilustrado no gráfico a seguir:

**Gráfico 1 - Mulheres Negras e Taxa de Desemprego no Brasil em 2000**



Fonte: IPEA (2013). Elaboração própria.

Os movimentos feministas travaram lutas em busca do direito a educação digna sem discriminação para as mulheres, salientamos que a educação referenciada aqui como prática escolar e processos pedagógicos, pois entendemos também que a educação de uma maneira mais ampla se dá em todos os níveis de sociabilidade como a família, a comunidade, o trabalho, os movimentos sociais concordando com Gomes (2002).

Todos os movimentos sociais no Brasil desempenham um papel importante de cunho educativo e emancipatório para toda população, porém o movimento feminista negro demanda uma aproximação mais específica do estudo, entendendo que as necessidades entre mulheres brancas e negras são diferenciadas.

O processo de formação do Movimento Feminista Negro na década de 80 no Brasil intensificou e especificou a luta de mulheres negras por seus direitos. Fazendo uma reflexão da junção do machismo e do racismo que sofrem as mulheres negras na sociedade, a necessidade de um movimento que correspondesse a um coletivo com suas demandas de gênero e raça específicas foi fundamental para tal mobilização.

A movimentação das mulheres negras dentro do movimento feminista e negro foi o que culminou essa nova perspectiva, como explica Carneiro (2011):

Esse novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. (CARNEIRO, 2011, p. 3).

Muitas mulheres negras conquistaram espaços dentro da sociedade brasileira através dessa mobilização de reconhecimento das próprias necessidades, possibilitando as discussões na perspectiva do enfrentamento do racismo e do sexismo. Uma delas é a autora Djamila Ribeiro, filósofa e feminista que retrata a importância do protagonismo das minorias nas lutas, dentro de uma sociedade machista, racista e classista. A autora se posiciona em relação à importância do feminismo negro dizendo:

Pensar como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se pensar outras possibilidades de existência. Além disso, o arcabouço teórico-crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas também sobre o modelo de sociedade que queremos. (RIBEIRO, 2016, p. 100).

As feministas negras Luiza Barros e Lélia Gonzalez também colaboraram nessa perspectiva dos direitos das mulheres negras. Lélia integrou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), e fundadora do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras em 1980, trouxe para o feminismo as demandas das mulheres negras junto com outras companheiras de militância, de acordo com Andrade (2018, p. 83) “as ativistas e intelectuais negras elaboraram um pensamento feminista próprio, a partir das suas experiências históricas de luta e resistência frente às opressões de raça, gênero e classe.”. Luiza Barros desempenhou um importante papel no início dessa movimentação trazendo a pauta das mulheres negras, evidenciando a subordinação desse grupo em específico.

A sensibilização dessas mulheres negras militantes contribuiu para um caminho epistemológico de construção de um conceito interseccional, já que as questões raciais se cruzam com o preconceito de gênero e ainda de classe, sendo a interseccionalidade uma perspectiva fundamental de análise para o entendimento do encontro dessas opressões correspondendo diretamente com o propósito do feminismo negro.

São essas inquietações de mobilização social que prospectam trajetórias como essas de mulheres negras na área de produção de conhecimento e espaços de poder, fazendo com que a representatividade da população negra seja presente em qualquer espaço ocupacional também pelo intelecto, e nesse aspecto contribui Beatriz Nascimento, historiadora e professora, militante do movimento negro e intelectual importantíssima na luta contra o racismo:

Quanto mais a mulher negra se especializa profissionalmente numa sociedade desse tipo, mais ela é levada a individualizar-se. Sua rede de relações também se especializa. Sua construção psíquica, forjada no embate entre sua individualidade e a pressão da discriminação racial, muitas vezes surge como impedimento à atração do

outro, na medida em que este, habituado aos padrões formais de relação dual, teme a potência dessa mulher. Também ela, por sua vez, acaba por rejeitar esses outros, homens, masculinos, machos. Já não aceitará uma proposta de dominação unilateral. (NASCIMENTO, 1990, p. 3 apud GELEDÉS, 2015).

Essas representações afastam qualquer julgamento de incapacidade por conta da cor da pele desmerecendo na esfera do trabalho ocupações valorizadas no âmbito da produção de conhecimento como é o caso do lócus da pesquisa, levando em consideração também que a entrada de intelectuais negras no espaço acadêmico transforma o caminho da intelectualidade para outras perspectivas de conhecimento vistas por outro ângulo, como categoria de intelectual específico de acordo com a concepção foucaultiana.

### **2.3 Interseccionalidade: O Ponto de Tensão Entre Raça, Gênero e Classe**

O conjunto de opressões vividas pelas mulheres negras traz uma reflexão referente às desigualdades raciais e sexuais e de certo modo suas classificações hierárquicas que atingem com maior ou menor grau a sociedade brasileira, em específico a população negra. Mas como sobrepor uma opressão a outra, se as mesmas agredem de maneira contundente as mulheres negras? E foi a partir dessa reflexão que chegamos à perspectiva da Interseccionalidade.

Para abordar tal concepção iremos trazer a autora Carla Akotirene, assistente social, mestra e doutoranda em Estudos Interdisciplinares de Gênero, Mulheres e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), que concentra estudos sobre racismo e sexismo institucionais nas penitenciárias femininas.

O termo da interseccionalidade foi apresentado primeiramente em 1989 pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw que definiu:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

É a partir daí que a interseccionalidade surge como forma teórica e metodológica para análise de demandas do feminismo negro, conforme Akotirene (2019, p. 59). Trazemos também a definição da perspectiva interseccional pela autora, além do entendimento da transversalidade de opressões enfrentadas pelas mulheres negras e que particulariza esse grupo, Akotirene (2019) diz:

Tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros. (AKOTIRENE, 2019, p. 18).

O movimento feminista negro se apropria dessa ferramenta metodológica da interseccionalidade, entendendo que essa sensibilidade analítica que traz Akotirene (2019) prioriza consequências identitárias de grupos minoritários da sociedade, fazendo com que não precisem buscar outras concepções de padrão elitista para pensar no combate das desigualdades. Dessa forma “É da mulher negra o coração do conceito da interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2019, p. 24), que são a cerne do cruzamento das opressões de raça, classe e gênero.

No que se diz respeito à hierarquização de opressões recorremos à escritora americana, feminista Audre Lorde:

Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de negros, porque milhares de lésbicas e gays são negros. Não existe hierarquia de opressão. Eu não posso me dar o luxo de lutar contra uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. (LORDE, 2013 apud AKOTIRENE, 2019, p. 43).

Dado o exposto a interseccionalidade “impede aforismos matemáticos hierarquizantes comparativos. Em vez de somar identidades, analisam-se quais condições estruturais que atravessam o corpo, [...]” (AKOTIRENE, 2019, p. 43).

Trabalhar na pesquisa cujo objeto são professoras universitárias negras a partir da interseccionalidade, onde as opressões não seguem uma linha hierarquizante, mas que se cruzam e se encontram em um determinado ponto de “tensão” que agride as mulheres negras de uma forma geral, é considerar o sujeito na sua integralidade de raça, classe e gênero, sem fragmentos, ou seja, refletir o indivíduo da mesma forma de sociedade em que se vive.

Com esse entendimento a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica também se preocupa em que medida essa concepção se aproxima da realidade, ou seja, a relação entre teoria e prática, saindo da esfera de produção de conhecimento com o propósito de diminuição das desigualdades sociais.

Para isso se faz necessário o pensamento interseccional constante nas práticas profissionais e nas políticas públicas destinadas aos grupos minoritários que se concretizam na implementação de ações específicas como exemplifica Almeida (2016):

Na década de 1980 passaram a ser implementadas as primeiras políticas públicas pensadas a partir do recorte de gênero, ou seja, políticas públicas que reconheciam a diferença de gênero e a partir disso, implementavam ações diferenciadas para mulheres. Nesta categoria, segundo Farah (2004), estavam incluídas tanto políticas dirigidas para as mulheres quanto ações específicas para mulheres em iniciativas voltadas para um público mais abrangente. É nessa época que surge a primeira Delegacia de Política de Defesa da Mulher criada em 1985 no estado de São Paulo, bem como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça e a instituição do Programa de Assistência Integral da Saúde da Mulher, o PAISM que data de 1983. (ALMEIDA, 2016, p. 9).

Desse modo, a importância da interseccionalidade ultrapassa os limites acadêmicos, contribuindo de maneira categórica para o enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe vividas pelas mulheres negras no Brasil.

### 3 CAPÍTULO III

“A voz de minha filha/ recolhe todas as nossas vozes/ recolhe em si/ as vozes mudas caladas/ engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha/ recolhe em si/ a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora./ Na voz de minha filha/ se fará ouvir a ressonância/ o eco da vida-liberdade.”

(Conceição Evaristo<sup>9</sup>)

#### 3.1 O Espaço da UFRB/CAHL: Contextos e Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

A educação superior brasileira comparada a de outros países da América Latina foi tardiamente implantada. Esse atraso é consequência de uma cultura colonialista que por séculos impôs uma relação de subordinação ao Brasil, de acordo com Machado (2012).

No início da década de 60 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 4024 de 20 de Dezembro de 1961 que foi responsável “[...] pela criação do Conselho Federal de Educação e pela reorganização dos currículos de ensino médio com vias a facilitar o acesso ao ensino superior.” (MACHADO, 2012, p.16).

Em 1968, acontece a reforma universitária, estabelecendo uma universidade federal por estado ainda que sem autonomia administrativa o que acarretou uma desorganização estrutural do ensino superior nessa época no Brasil, conforme Schwartzman (1998).

Haja vista os esforços do movimento estudantil, essas iniciativas não foram suficientes para traçar uma reforma universitária inclusiva e autônoma, tendo em vista o período da ditadura militar que dificultou ainda mais esse avanço. Somente em 1980 com a promulgação da Constituição Federal a educação é reconhecida como política universal:

A educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito (VASCONCELOS, 2010, p. 404).

---

<sup>9</sup> Trecho do poema **Vozes Mulheres** da escritora negra brasileira Conceição Evaristo (s.d.).

Até os anos de 2000, o Brasil viveu um estado de cunho neoliberal caracterizado pelo governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) que entendia a educação em seu aspecto mercadológico, o que deu espaço para instituições de ensino superior privatizadas, como explica Ferreira:

Destarte, a universidade foi submetida a um processo de desresponsabilização por parte do Estado, que buscou transformá-la em um serviço público não-estatal através da redução significativa de financiamento e do estímulo ao empresariado, transformando-a numa mercadoria rentável para o capital. (FERREIRA, 2009 apud MACHADO, 2012, p. 20).

A partir dos anos 2000, uma nova configuração governamental com a entrada do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2002, priorizou o ensino superior o que rendeu uma série de ações para se pensar em uma consolidação democrática do sistema universitário no Brasil, conforme Machado (2012). Desse modo:

Depois de muitas discussões em torno da reforma da universidade, finalmente em 2007, através do Decreto Presidencial nº. 6.096, foi instituído o REUNI, Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras. [...] tendo como objetivo: Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007 apud MACHADO, 2012, p.21).

Portanto a proposta de uma educação superior pública inclusiva e democrática, com políticas de ações afirmativas de inserção e permanência começou a se consolidar a partir das práticas organizadas no REUNI<sup>10</sup>.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia até a sua implantação em 2006, pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, percorreu um longo caminho. É uma Autarquia, criada pela Lei 11.151 de 29 de julho de 2005<sup>11</sup>, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro na cidade de Cruz das Almas foi planejada em modelo multicampi e se estabelece em quatro municípios do Recôncavo Baiano: Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus e Amargosa. Possui atualmente 43 cursos de graduação 60 cursos de pós-graduação subdivididos em: mestrado

<sup>10</sup>Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras/ Para melhor compreensão do Programa e suas diretrizes ver: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano de Desenvolvimento da Educação. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais. Agosto de 2007.

<sup>11</sup>Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, e dá outras providências. Consultar Lei completa em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96514/lei-11151-05>>.



latu e strictu sensu e 2 doutorados, 704 funcionários, 910 docentes e 12.345 estudantes, dados quantitativos disponíveis no site da UFRB<sup>12</sup>. Vale ressaltar que:

Desde a sua criação em 2005, a primeira universidade federal do interior da Bahia elevou a oferta de vagas para além da capital do estado e vem ganhando destaque no cenário nacional pela sua política de inclusão social. Foi a primeira universidade do país a ter uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e a aplicar integralmente a Lei de Cotas em 2012. (UFRB, s.d.).

O campo escolhido para a referida pesquisa foi o Centro de Artes, Humanidades e Letras, e o curso de Bacharelado em Serviço Social, no município Cachoeira que faz parte do Recôncavo Baiano:

Lugar de terras férteis, de grandes rios, de mulheres e homens guerreiros e de uma cultura riquíssima, o Recôncavo da Bahia foi a primeira região da América Portuguesa a ser colonizada de forma sistemática. A região fica situada aos redores da Baía de Todos os Santos, e teve por muito tempo, as cidades de Cachoeira e São Félix, herdeiras de um patrimônio cultural diverso, como importante entreposto comercial que ligava Salvador, através do rio Paraguaçu, às comunidades do interior (UFRB, s.d.).

O recorte do curso foi baseado a partir da percepção como discente do curso de Serviço Social em observar o corpo docente e a representatividade racial na esfera de produção do conhecimento. Além disso, evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate acerca da questão étnico-racial e de gênero na formação em Serviço Social sendo fundamental essa discussão para a compreensão da questão social na dialética da formação social brasileira concordando como posicionamento da ABEPSS (2018), tendo uma relação legítima com os princípios do Código de Ética de 1993 da profissão, em específico os princípios VI, VIII e XI:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 1997).

O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia tem um corpo docente composto por 14 professores efetivos, sendo que 13 são mulheres e apenas 1 homem, dados coletados no site da UFRB.

---

<sup>12</sup>Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/proplan/ufrb-em-numeros>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

O quantitativo expressivo de docentes mulheres no curso é bastante animador, mas o fato pode ser explicado por se tratar de uma profissão majoritariamente feminina desde a sua gênese, de acordo com Cisne (2004) por fatores históricos relacionados a papéis de gênero conservadores, e pela influência da Igreja católica.

A partir das autodeclarações de raça/etnia segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) dos professores que quiseram responder, somente 2 professoras se autodeclararam pretas e pardas, entre elas a Professora Márcia da Silva Clemente, a única autodeclarada preta, razão pela qual representará na pesquisa um coletivo de professoras universitárias negras, através do seu relato de trajetória de vida profissional, os desafios e possibilidades das mulheres negras tendo a área de produção de conhecimento como espaço ocupacional, dessa maneira contribui Marre (1991, p. 128) “Quando o indivíduo vivencia e relata sua trajetória, se identifica a um grupo social do qual ele é elemento constitutivo”.

Assim, o método da história oral e sua vertente de trajetória de vida como metodologia, foi o que melhor correspondeu aos objetivos do estudo, pois tem uma capacidade analítica de capturar aspectos passados, presentes e futuros de um indivíduo através de seu relato.

Desse modo, as informações coletadas refletem uma movimentação histórica que difere de informações estáticas e datadas de fontes bibliográficas. Essa característica contribui para construção de estratégias de condições vividas socialmente no passado, identificadas no presente, com o propósito de enfrentamento e práxis no futuro.

### **3.2 Márcia da Silva Clemente: A Entrevista e Suas Narrativas**

As trajetórias de vida são construídas da inter-relação dialógica entre pesquisador e pesquisado através de uma técnica de entrevista, conforme Gonçalves e Lisboa (2007, p. 90), ou seja, um diálogo com o pesquisado que expõe suas memórias e experiências sobre algo, neste caso sobre a trajetória de vida profissional.

Para tanto, realizou-se uma entrevista (APÊNDICE A) concedida por livre e espontânea vontade pela Professora Márcia, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE B), esclarecendo o objetivo da entrevista. O agendamento da entrevista aconteceu mediante contato prévio por e-mail com a professora, que determinou data, horário e local, assim a entrevista foi realizada na biblioteca da universidade por ser um local reservado, e comum para ambas as partes o que colaborou para um diálogo bastante

espontâneo. Utilizou-se a técnica de gravação mediante autorização prévia da Professora Márcia, para coletar as informações em sua plenitude.

A partir de agora iremos conhecer aspectos da trajetória de vida profissional da Professora Márcia da Silva Clemente, decorrentes da sua própria narrativa.

**Ilustração 1 - Márcia da Silva Clemente**



Fonte: A autora.

A Professora Mestra Márcia da Silva Clemente, nascida em 27 de Abril de 1977, na cidade de Recife em Pernambuco, é Assistente Social formada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no ano de 1999, é católica (Teologia da libertação ), tem 42 anos, casada, duas filhas de 6 e 4 anos, se autodeclara preta, de acordo com o IBGE. Professora Márcia da Silva Clemente é filha de José Carlos Clemente e Gilda Maria da Silva Clemente, sendo a terceira de 4 filhas, todas com curso superior, pois a primazia pela educação sempre foi prioridade para seus pais, em suas palavras:

Meu pai engenheiro civil e minha mãe auxiliar de enfermagem, também professora do magistério [...] é...<sup>13</sup> o que eles sempre primaram foi pela questão da

<sup>13</sup> As reticências significam um espaço de pensamento entre uma palavra e outra dita pela professora.

educação...educação e que a gente chegasse na universidade, foi isso que ocorreu com as quatro filhas desse casamento. (M. S. C. de 15 de Julho de 2019)<sup>14</sup>.

A memória se constitui em cada indivíduo, mas não é individual, essa contradição se explica pelo envolvimento de diversas pessoas e grupos ao mesmo tempo dentro dessa memória, como explicam Brito e Gomes (2015). Com esse entendimento podemos compreender como a estrutura familiar e as pessoas desse grupo em específico contribuem para boa parte das memórias individuais. Vejamos a seguir nas palavras da professora Márcia seu relato quando lhe perguntada sobre a relação com a sua família:

[...] Meus pais [...] na década de 70, dois anos depois resolveram se conhecer e em 1972 eles se casaram. Eles tiveram 4 filhas, e final da década de 80, início dos anos 90 eles se divorciaram. É... o divórcio trouxe alguns problemas no campo das relações, mas não houve descontinuidade de convivência com o meu pai. [...] Meu pai casou de novo tem dois filhos, a gente tem pouca convivência, a gente considera mais os primos como irmãos por conta da convivência mesmo, aí é um conceito mais ampliada de família né... e de afinidade. Minha até hoje ta com a gente [...] e agente ta convivendo aí como uma grande família. São pessoas que eu admiro muito e tenho... a gente se espelha muito nas histórias na convivência... enfim... é isso. (M. S. C. de 15 de Julho de 2019).

E ainda, quando lhe perguntada sobre a sua infância, já de início a professora relata o racismo de forma velada, mas não totalmente sendo identificadas por ações diferenciadas e o distanciamento das pessoas:

Eu gosto muito da minha infância, aliás, de todas as fases da minha vida, eu sempre fui muito... Eu nunca fui tímida eu sempre tive muitos amigos. E nas dificuldades eu sempre encontrei uma forma de me construir e reconstruir, é... como éramos crianças praticamente **únicas**<sup>15</sup> em escolas particulares de Recife, a gente estudou em colégio de padres e freires, e sempre éramos muito solitárias. Só tinha a gente... então o racismo existia... as pessoas achavam a gente diferente, eu usava tranças de raiz... até hoje eu uso, e eu nunca aceitei ser xingada ou menosprezada por conta disso [...]. (M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

O final desse relato traz a existência e identificação do racismo nas relações desde cedo, mas também o enfrentamento dessa questão pela Professora Márcia desde criança, em suas palavras:

[...] Quando eu não podia bater nas pessoas, eu arrumava um jeito de colocar elas em uma encrenca (risos), como eu sempre fui muito politizada eu arrumava formas de me relacionar com quem mandava na escola, na parte da chefia e... ao me relacionar com essas pessoas eu me protegia... né... e outra coisa também que eu fazia era ser representante de turma, porque quem tem o poder, podia colocar os outros no seu devido lugar, então por muitos anos eu era representante de turma, aí

<sup>14</sup>A partir daqui sempre será feita essa referência, quando se tratar da narrativa da entrevista da Professora Márcia.

<sup>15</sup>Grifos nossos, por ser a palavra única no sentido de negras.

ninguém mexia comigo... Mas era danada assim... enfrentar o racismo no cotidiano, mas eu nunca deixei... às vezes que tentou abalar minha auto-estima eu sempre enfrentei, mesmo porque em casa tinha uma família de mulheres né... minha mãe sempre ali presente me chamando de linda e maravilhosa [...].(M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Várias outras questões além do racismo podem ser identificadas no relato a cima, a questão da ascensão, do poder como forma de enfrentamento, para Euclides e Silva (2016, p. 114) “o racismo continua a existir mesma que tenha uma ascensão social. Ascensão social não protege contra o racismo.”, o que acontece é um adiamento dessa opressão, suprimindo os indivíduos de se manifestar por interesses existentes nas relações de poder, mas o racismo ele continuará ali enraizado.

Existe também a questão da saúde psicológica quando ela fala da auto-estima, o quanto o racismo abala emocionalmente as mulheres negras, começando por fora a partir de um tom de pele, o que cabe a colocação de Faro e Pereira (2011, p. 274) sobre essa relação do racismo com a saúde da população negra, conceituando “o estresse como relações entre indivíduos e seu ambiente, das quais emergem significações da dinâmica do racismo [...] ou que ainda ameaçam a auto percepção de bem-estar psicológico.”.

Já no ensino médio a professora relata um dos vários momentos em que foi vítima de ofensas racistas:

Com quinze anos, já emancipada no “FORA COLLOR” em cima do trio elétrico... aí vieram me derrubar uma turminha na minha escola já no ensino médio... cheguei cedo... que eu não gosto de acordar cedo, nesse dia eu cheguei cedo na escola, elas tavam sozinhas, um grupinho, e aí começaram a falar piadas racistas porque me viram né... sem minha... porque adolescente anda de bando né, de turma... eutava só elas começaram a fazer piadas racistas, eram umas cinco meninas... pra me ofender. E nesse dia eu tive muita sorte que a aula de história foi sobre racismo, nesse dia o professor tão bom... e aí ele perguntou se alguém na sala tinha sofrido racismo... aí eu levantei a mão e disse eu, hoje! (risos) Aí eu contei tudo, [...] eu disse olha elas me ofenderam na minha dignidade [...] Falei que o chão da sala estava mas limpo do que a dignidade que elas nunca iam conseguir na vida, aí eu disse pra vocês me derrubarem vocês tem que ter nascido várias vezes, eu tofirme... e foi assim até o final do ensino médio [...]. (M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Percebemos nesse depoimento uma força da Professora Márcia em enfrentar a discriminação, que nem todas as mulheres negras dispõem. Essa resistência pode ser atribuída a sua convivência familiar com 4 mulheres negras que serviram como base de auto-afirmação e representatividade.

Quando perguntada sobre o período da graduação em Serviço Social e a discussão sobre questões étnico-raciais ela respondeu:

Poucas discussões [...]. O Serviço Social não pautava a questão racial como estruturante da questão social brasileira, mas de alguma forma eu tentava nos debates que sempre ocorriam em sala de aula trazer a discussão. E... 98, minha irmã Flávia, ela fez o primeiro TCC de serviço social, junto com Marilene Maria Ferreira que é falecida... faleceu aos 33 anos, sobre raça e serviço social [...] Esse trabalho em 98 inaugurou a discussão no campo dos trabalhos de conclusão de curso na UFPE, que tem o curso já de longa data... Então a gente sempre, a nossa presença né, consciente de mulheres negras ela se dá desde a década de 90 [...] Mas a gente nunca descolou não do... da discussão racial, dos trabalhos das disciplinas a gente sempre estava trazendo... pouco considerado [...] muitas dificuldades de aceitação do debate mas a gente nunca se intimidou não, isso é tão verdade que a gente ainda tá no campo acadêmico né... e fazendo esse debate. [...].(M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Esse depoimento confirma uma nova perspectiva dos caminhos de produção de conhecimento, vistas as intelectuais negras como intelectuais específicas de acordo com Foucault, termo esse que já foi anteriormente conceituado na pesquisa. O depoimento também mostra a dificuldade de inserir esse debate na academia, o que atrelamos ao mito existente na sociedade brasileira da democracia racial, cunhado por Gilberto Freire, Florestan Fernandes e Lélia Gonzalez, que na verdade cultiva nos indivíduos que essa discussão não é válida por não existir racismo no Brasil.

Quando indagada sobre dificuldades de permanência na graduação a Professora Márcia explicou que não, além do apoio familiar ainda se inseriu em campos de estágio prospectando experiência profissional e também pelo lado financeiro:

Durante a graduação nunca conseguir bolsa de iniciação científica, nunca conseguir passar, apesar de achar que tinha condições, mas aí eu não perdi tempo fui pro campo dos estágios e monitoria, e sempre consegui meu dinheiro... Durante a graduação, mas era assim, mas também pra criar currículo e experiência e garantir as passagens de ônibus pra não ter que pedir a minha mãe. (M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

A dificuldade relatada pela Professora durante a graduação estava no campo do debate acadêmico, em romper com certas ideologias, em suas palavras:

Estruturas extremamente assim... de campos ideológicos bem fechados e a gente tentar travar uma discussão com outras epistemologias... outras possibilidade de ver o mundo, dentro da ciência né, eu sempre li muita coisa, e não travava nada dentro do senso comum, mas a literatura que chegava pra gente através do feminismo negro... naquele tempo né... dos movimentos sociais isso era pouco levado em consideração, e aí a gente travava debate de qualidade, agora tudo dentro do campo do respeito... o debate era acadêmico, não era com as pessoas, não trazia pro pessoal... Era desafiante, ao mesmo tempo difícil, mas desafiante. (M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Percebemos aí a percepção da Professora Márcia em relação à importância da relação dos movimentos sociais com Serviço Social, e o quanto eles são capazes de transformar uma sociedade.

Quando perguntada sobre as Políticas Afirmativas de inserção e permanência no ensino superior público ela responde:

Extremamente necessárias. Meu trabalho de mestrado é... no ano de 2005 foi sobre as políticas afirmativas de educação superior pegando o caso da UNEB... Era um momento histórico de afirmação das políticas afirmativas enquanto estratégia de enfrentamento ao racismo... Desde aquele momento a gente nunca entendeu que era a única estratégia ou que era a solução para os problemas de racismo no Brasil, mas era uma estratégia de reparação pelas mazelas trazidas pelo processo de escravidão e do pós-abolição e todo a década né... dos anos né... dos anos de 1900 o povo negro sofreu assim... horrores na questão do genocídio, dos postos de trabalho. Então as ações afirmativas na educação superior em universidades públicas se configuraram e se configuram uma estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural, de enfrentamento ao capitalismo, de trazer pessoas que tiveram oportunidades diferentes na vida ou não tiveram nenhuma oportunidade pro espaço de poder...Discutir ações afirmativas é discutir poder...Então extremamente necessárias para sociedade brasileira. (M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

A Professora Márcia após a sua graduação conseguiu ingressar de imediato no mercado trabalho, fruto de desdobramento de estágio no Coletivo Refazendo, uma organização não-governamental que trabalhava com pessoas com deficiência, na perspectiva de garantir que essas pessoas fossem inseridas no ensino regular, trabalhou durante três anos e recebeu um convite da prefeitura de Olinda para compor a equipe da coordenadoria da mulher, responsável em desenvolver políticas públicas em todas as ações de governo do município de Olinda onde permaneceu por dois anos, até ingressar no curso de especialização em Direitos Humanos na Paraíba, depois ingressou imediatamente no Mestrado de Pernambuco, nesse sentido a professora relata que:

[...] eu fiz a opção de estudar, eu sempre quis construir uma carreira acadêmica, e também sempre quis muito trabalhas como Assistente Social... Esses anos de estágio que eu considero Assistente Social em formação, agente quando está no estágio ta exercendo algumas funções é...não de profissional mas que garante pra gente uma formação muito consistente né... [...] meu primeiro estágio foi no manicômio judiciário do estado de Pernambuco, fiquei um ano lá, depois fui pra secretaria de educação do estado de Pernambuco [...]. (M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Relacionado à militância durante a formação, a participação do Movimento Negro a partir da ONG Djumbai, participou também de um projeto de interiorização do SOS RACISMO em municípios de Pernambuco, pelo Ministério da Justiça. A professora lembra com muita emoção desse momento:

E aí esse projeto a gente conseguiu implantar, e quando a gente tava no último município que era de Águas Belas um município indígena... que a questão racial envolve negros , indígenas e brancos pobres... a gente teve um acidente eu não estava, mas foi um acidente fatal com Assistente Social que escreveu a monografia de Raça e Serviço Social com a minha irmã... (voz

embargada/lágrimas/emocionada)... Ela faleceu aos 33 anos numa viagem que eu pedi pra ela ir... Isso foi muito forte [...] mas deixou um legado muito forte no campo da mulher negra, militante e que tava aí pra o que der e vier. (M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Depois desse momento trágico a Professora Márcia apresentou um quadro de depressão profunda, necessitando de cuidados terapêuticos, apesar de todo apoio familiar.

Em relação à motivação para o mestrado foi totalmente acadêmica, em suas palavras:

Motivação acadêmica né... de realmente ver tudo aquilo que eu estava discutindo como profissional... tinha certeza que eu tinha que fazer sínteses com aquele material todo [...] Eu costumo dizer que minha carreira ela acontece no campo da escada, eu gosto de dar passos firmes, pra poder chegar em objetivos, quem comanda minha vida sou eu, né... não são as circunstâncias nem os outros... agora tudo isso aliada a muita gente que me ajudou [...].(M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Quando perguntada sobre dificuldades como mestra relacionado as questões étnicos - raciais, a professora relatou:

[...] no Amapá, apesar de ser um estado muito avançado um estado indígena é... eu fui muito respeitada, mas assim... eu não tinha experiência docente, então [...] eles viam em mim várias coisas... a juventude, a raça, o fato de ser mulher e de outro estado, e com o sotaque muito puxado. Então por mais que eu tentasse dar aula eles não deixavam. Eram turmas de gente de classe média alta do Amapá [...] Então eu utilizei de uma estratégia do poder né... o poder é que é central nas relações de um estado capitalista né... então eu fiz uma prova que ninguém sabia responder e decidi anular a prova pra poder ser ouvida (risos). (M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Esse depoimento, apesar de ter sido no Amapá poderia ter sido em qualquer outro lugar no Brasil as manifestações de racismo implícito estão presentes em toda sociedade brasileira, dessa maneira reverbera o quanto os indivíduos tem a dificuldade de aceitação da população negra em espaços de poder e de intelectualidade, atrelam a raça negra as suas capacidades, conforme explicam Brito e Gomes (2015, p. 140) “[...] quando se trata da capacidade intelectual das mulheres negras, sempre associadas a emprego domésticos e subalternos, [...] o lugar de professora universitária não é visto de forma natural como lugar de negras.”

Ainda sobre essa questão a Professora Márcia relata:

Aqui na Bahia, na UFRB, casos de... eu sinto um impacto quando estou dando aula nos primeiros semestre sempre! Tem acontecido comigo dos alunos demorem a entender que eu sou a professora no primeiro dia [...] né... eles ficam aguardando a professora chegar pra iniciar a aula, eles tomam um impacto quando eu digo que sou [...].(M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Essas manifestações de preconceito implícitas também acontecem na esfera institucional, com os colegas de profissão, em suas palavras:



Mas assim o racismo que existe aqui é... é o do olhar... o olhar ele fala muito, tem por partes também do olhar dos colegas, assim... quando você tá na sala dos professores, quando tem professor novo, aí acha que você é estudante “o que que o estudante tá fazendo ali!”... aí quando se ver em uma situação embaraçosa, aí joga você é muito jovem, você é magrinha, tem essas saídas estratégicas, mas que ao meu modo de ver é uma questão racial porque... jamais iria imaginar que uma mulher negra estaria ocupando o espaço da docência [...].(M.S.C. de 15 de Julho de 2019)

Em relação ao doutorado em andamento na Universidade Federal de Pernambuco, a Professora Márcia narra que a maior dificuldade foi ter iniciado esse processo em pleno Golpe no ano de 2017, quando a Presidenta Dilma foi tirada do poder e entrou na época o Presidente Michel Temer. A professora relata que precisou viajar muito, e em suas passagens nos aeroportos percebia nitidamente um amedrontamento daqueles que não pactuavam com o golpe. Em suas palavras:

[...] Eu vi a hora, por tá com literatura na mão, por ser mulher, por ser negra, por tá no avião, de ser objeto de algum tipo de agressão [...].(M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

A Professora faz uma crítica positiva relacionada às discussões étnico-raciais no serviço social, afirmando que são poucas as produções teóricas, mas cita iniciativas como o Grupo de Trabalho da ABEPSS e de alguns trabalhos de doutorados, como resultado das ações afirmativas.

Relacionado à ocupação de espaços de poder dentro da trajetória acadêmica a Professora diz:

[...] tá nesse lugar de poder... porque ali a gente consegue ter uma representatividade negra, que vai se espalhar pras gerações... aí é importante! (M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Quando perguntada sobre fazer parte da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, considerada a Universidade mais negra do Brasil a Professora Márcia respondeu:

Sinto muito orgulho... um exemplo pro país, das universidades do REUNI, agente reuni muitas condições de mostrar como uma universidade deve ser... todas as pessoas que a gente trás aqui que são convidadas elas ficam encantadas com a UFRB [...].(M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Questionada a respeito da preparação da universidade e seus setores em tratar questões relacionadas sobre racismo institucional, ela responde:

Preparada a universidade pra isso... a gente tem alguns setores como a ouvidoria e a direção do centro [...] ninguém tá longe disso da questão racial, da questão de

gênero, da homofobia, então todo mundo tem que se educar diariamente, agora o mais grave é pra mim é jogar pra debaixo do tapete e dizer que não tem... se tem vamos enfrentar, não é? (M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Sobre militância política, a professora participa eventualmente colaborando com os movimentos sociais em forma de oficinas e palestras, em suas palavras:

O que mais está me atraindo hoje é uma filiação ao movimento de luta antimanicomial, a partir da ABRASME, é o que tem me aproximado mais, mas eu preciso fazer uma filiação formal [...] Então de alguma forma quando eu tou trabalhando no doutorado a questão do álcool e das drogas eu estou exercendo a minha militância, eu to trazendo um trabalho científico que tem o compromisso com a sociedade [...].(M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

A Professora Márcia é filiada ao partido PCdoB, e relata que as urgências nesse momento atual do país perpassam pelos direitos da classe trabalhadora a partir das reformas que estão derrotando esses direitos, no campo da ideologia o debate de gênero e raça, e da população LGBTQI para ela são essenciais, em suas palavras:

Se você me perguntasse: Márcia se você fosse começar por algum lugar, uma organização, que organização você... me parece que todo mundo deveria aglutinar forças é na questão racial. O Brasil não resolveu a questão racial, então a gente tem uma sociedade que se acostumou a relegar as pessoas negras as posições inferiores, então essa massa oprimida precisa se levantar, então, me parece se a gente cutuca... me parece que ninguém tá segurando a mão das pessoas negras, nessa coisa de ninguém solta a mão de ninguém, quando a gente vai falar sobre a questão racial, gênero, me parece que essas mãos não estão muito firmes pra segurar[...] Essa questão estrutural, eu to falando da questão estrutural brasileira, o racismo tem um peso estrutural tão forte quanto a dimensão de classe, é nisso que eu acredito nessa interseccionalidade.(M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Esse depoimento contribui para perspectiva interseccional sem hierarquização das opressões. A professora abre um debate científico sobre os estruturantes da sociedade brasileira cheio de criticidade, bastante relevante para as reflexões da intersecção de raça, gênero e classe.

A ascensão profissional para ela não afastou o racismo, em suas palavras:

Ser mestra e doutora na carreira trouxe o racismo cotidiano. Como diz a professora Zelinda Barros “crônicas do racismo cotidiano”. São inúmeros casos. De não aparentar ser o que sou, coisas do tipo... As pessoas sempre dão um jeito de lembrar que sou mulher e que sou negra. E que isso no Brasil é causa de preconceito e atos racistas. Para isso mudar precisamos de uma mudança cultural profunda que faça o mito da democracia racial sucumbir, caso contrário a gente tem que conviver com o cinismo de um lado, e de outro as atitudes abertas que não temem nem a legislação antirracista que são tão avançadas em países democráticos. (M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Por fim, quando foi perguntada sobre o que diria para as mulheres negras que prospectam uma carreira acadêmica, ela respondeu:

Muito estudo, muita leitura, confiança que vai da certo é... procurar a se alinhar as pessoas que tenham projetos semelhantes aos seus [...] A corrida de 100 metros das pessoas negras é sempre com barreiras, a das pessoas brancas a pista é livre, a gente faz com mais tempo superando essas barreiras, mas o importante é chegar. (M.S.C. de 15 de Julho de 2019).

Fazendo um apanhado da trajetória de vida profissional da Professora Márcia, podemos perceber que filha de pais trabalhadores, apesar das escolas particulares vivenciou condições que proporcionaram uma valorização aos esforços dos pais em manter a educação como fator principal em sua vida. A sua família de mulheres negras é a sua fortaleza. Fez Mestrado, e doutorado em andamento rompendo barreiras por ser mulher negra em meio acadêmico, enfrentando a questão racial e de gênero praticamente em toda sua vida, sem se deixar abater.

Márcia da Silva Clemente representa a luta das mulheres negras através de uma força, de uma forma positiva de viver, de não se entregar, e acima de tudo do seu enfrentamento as manifestações racistas e sexistas veladas ou não, totalmente embasadas no campo científico, por se manter firme dentro de um espaço marcado por uma cultura colonialista, como acontece no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor minha existência numa sociedade que insiste em negá-la.”

(Djamila Ribeiro<sup>16</sup>)

A trajetória profissional de Márcia da Silva Clemente, como mulher negra e professora universitária atravessa os muros da academia, e serve como um reflexo para que todas as outras mulheres negras que desejam trilhar o caminho acadêmico possam se espelhar, trajetória permeada por rupturas, desafios, mas também por ganhos e aprendizados. Ela também representa uma parcela mínima de mulheres negras, mestras e doutoras da UFRB do curso de Serviço Social.

A escolha da metodologia de trajetória de vida não foi por acaso, foi por entender que as mulheres negras ultrapassam o sentido de objeto de estudo e protagonizam as suas histórias, apresentando suas próprias visões de mundo movimentando toda uma sociedade, conforme Davis (2017) “Quando as mulheres negras se movem, toda a estrutura política e social se movimenta na sociedade.”<sup>17</sup>.

O referido trabalho revela uma lacuna das mulheres negras na esfera de produção de conhecimento, motivada por um passado de escravidão no Brasil, como todos os outros aspectos vividos pela população negra que desfavorecem esses indivíduos nos mais diversos setores da sociedade, principalmente para as mulheres negras.

Essa falta de mulheres negras professoras universitárias, está gradativamente sendo transformado através das ações afirmativas, e das formas de resistência das mulheres negras que conseguiram ocupar esses espaços, lidando cotidianamente com o racismo e o sexismo transversalmente, tendo o cuidado de se afastar do entendimento da exceção que confirma a regra, e sim como trajetórias motivadoras para novas gerações.

É de suma importância que existam discussões raciais, de gênero e de classe com um entendimento interseccional na área de produção de conhecimento, na tentativa de contribuir para visibilidade das mulheres negras dentro de uma sociedade patriarcal, racista e heteronormativa, transformando a academia e evidenciando que o racismo e sexismo

<sup>16</sup>(RIBEIRO, s.d.). Disponível em: <<https://www.pensador.com/frase/MjM1MTYxNg/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

<sup>17</sup>Discurso de Angela Davis durante a conferência de abertura da Escola de Pensamento Feminista Negro, em 17 de Julho de 2017, na cidade de Cachoeira- BA.

perpetuam na sociedade brasileira e devem ser enfrentados, como já dissemos antes desconstruindo o mito da democracia racial.

Dessa maneira, o estudo também indica que a ascensão profissional não protege contra o racismo, no mínimo esconde o racismo direto por uma relação de poder que prevalece em uma sociedade capitalista, permanecendo ali manifestações do racismo velado.

Problematizar que a universidade como espaço ocupacional de docentes negras, é também local de reprodução das desigualdades raciais e de gênero, permite que se lancem debates objetivando melhorias nesse aspecto.

Como se trata de um trabalho de conclusão de curso de graduação, tendo em vista pouco tempo para sua produção, é evidente que algumas categorias não puderam ser analisadas em sua amplitude, o que irá ocasionar uma continuidade da pesquisa, mesmo depois da sua apresentação. Porém consideramos até aqui que o trabalho contemplou seus objetivos propostos.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. **Temporalis**, n.36, p. 422-434, jul/dez. Brasília, 2018.

ABREU, M. Aparecida; RIBEIRO, Edméia Aparecida. Mulheres Negras e Mercado de Trabalho no Século XXI. Paraná. **Cadernos PDE**, 2014. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_uel\\_hist\\_artigo\\_maria\\_aparecida\\_de\\_abreu.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_hist_artigo_maria_aparecida_de_abreu.pdf)>. Acesso em: 23 de Abril de 2019.

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sócias: classe, raça. Gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 1, n. 37, 2007.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. Org. Djamila Ribeiro. São Paulo, 2019.

ALMEIDA, Daniela Regina F. **Gênero e Interseccionalidade nas Políticas Públicas**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, p. 9, 2016.

ANDRADE, Michely Peres de. Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro. **Rev. Territórios**, v.4, n.6, Caruaru, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARRAIS NETO, Eneas; CRUZ, Keyla de Souza Lima. As interfaces de qualificação do trabalhador brasileiro no contexto da mundialização do capital. In **Revista Labor**. n. 6, v. 1, 2011. Disponível em: <[http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume6/5\\_AS\\_INTERFASES\\_DA\\_QUALIFICACAO\\_DO\\_TRABALHADOR\\_BRASILEIRO\\_NO\\_CONTEXTO\\_DA\\_MUNDIALIZACAO\\_DO\\_CAPITAL.pdf](http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume6/5_AS_INTERFASES_DA_QUALIFICACAO_DO_TRABALHADOR_BRASILEIRO_NO_CONTEXTO_DA_MUNDIALIZACAO_DO_CAPITAL.pdf)>. Acesso em: 29 de Maio de 2019.

ASSIS, Camila V. da S. **Preta e Acadêmica**: Violências vivenciadas por mulheres negras no ambiente universitário. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, p. 28. Cachoeira, 2018.

BASTOS, Maria Helena Camara. A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). **Cadernos de história da educação**, v.15, n.2, p. 743-768, 2016.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, n. 2, p. 479-488, 1995.

BORTOLANZA, Juarez. **Trajectoria do Ensino Superior Brasileiro**: Uma busca da origem até a atualidade. Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Argentina, 2017.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de Maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm)>. Acesso em: 23 de Abril de 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.716, de 05 de Janeiro de 1989.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm)>. Acesso em: 26 de Abril de 2019.

\_\_\_\_\_. IPEA. **Dossiê de Mulheres Negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** 2013. Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf)>. Acesso em: 05 de nov. de 2018.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), 2014.** Disponível em:  
<<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default.shtm>>. Acesso em: 19 de Maio de 2019.

\_\_\_\_\_. INEP. **Censo da Educação Superior 2017.** Disponível em:  
<<http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 20 de Maio de 2019.

BRITO, Ângela Ernestina Cardoso de; GOMES, Emanuella Marques. O Entre Lugar: trajetória de vida e memória no processo de formação profissional de mulheres negras. *Revista Feminismo*, n. 2 e 3, v. 3, mai-dez 2015. Disponível em:  
<[www.feminismos.neim.ufba.br](http://www.feminismos.neim.ufba.br)>. Acesso em: 20 de Maio de 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** São Paulo, 2011. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em 11 de Julho de 2019.

\_\_\_\_\_. Desigualdades raciais: fontes de conflito e violência social. In: GONÇALVES, Benjamin S (Org.). **O compromisso das empresas com a promoção da igualdade racial.** São Paulo: Instituto Ethos, 2006. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/09.pdf>> Acesso em: 29 de Maio de 2019.

CFESS. **Código de ética do(a) Assistente Social. Lei 8662/93.** Brasília, 1997. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 5 de Julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Série Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito: Racismo.** 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>> Acesso em 27 de Junho de 2019.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: Uma profissão de mulheres para mulheres?** Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. Tese de Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

\_\_\_\_\_. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal- racista- capitalista. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v.08, n.01, p. 138-154, Jul. /Dez.. 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, p. 171-188,

2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 23 de Julho de 2019.

CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos; REIGOTA, Marcos Antônio dos Santos. Professoras Universitárias Negras: Trajetórias e Narrativas. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, São Paulo, v.15, p. 93-106, jul. 2010.

DAVIS, Angela Yvonne. **Mulheres, raça e classe**. 1º Ed., Boitempo, São Paulo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Conferência de Abertura da Escola de Pensamento Feminista Negro**. Cachoeira: UFRB, 17 de Julho de 2017 (Comunicação oral).

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 11 de Junho de 2019.

DIEESE. **Os negros no mercado de trabalho metropolitanos**. 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/2016/2016pednegrossintmet.html>>. Acesso em: 24 de Maio de 2019.

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras teóricas e professoras universitárias: Desafios e Conquistas** (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito final para o título de doutora. Área de concentração: Educação Brasileira). Fortaleza, 2017.

EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. Professoras negras em universidades públicas do Ceará: das práticas de enfrentamento aos afrontamentos raciais. **Rev. De Ciências Humanas**, Viçosa, v.16, n.1, p. 104-116, jan./jun. 2016.

EVARISTO, Conceição. **Vozes Mulheres**. S.d. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/923-conceicao-evaristo-vozes-mulheres>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. Raça, Racismo e Saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. **Estudos de Psicologia**, Vol. 16, n.3, set./dez., p. 271-278, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/261/26122323009.pdf>>. Acesso em: 20 de Julho de 2019.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Volume I. Ensaio de Interpretação Sociológica. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Significado do protesto negro**. São Paulo, Cortez. Autores associados, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Histórias da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, 13ª Ed., Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, P; DREYFUS, H. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e a Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/36092311/DREYFUS->



RABINOW-Michel-Foucault-uma-trajetoria-filosofica-para-alem-do-estruturalismo-e-da-hermeneutica>. Acesso em: 11 de Julho de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Ed. Paz e Terra. Coleção Leitura. São Paulo, 1996.

GELEDÉS (Instituto da Mulher Negra). **Beatriz Nascimento**. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tag/beatriz-nascimento/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

GODINHO, Luís Flávio Reis. **Sentidos do Trabalho Docente**. Ed. UFRB. Cruz das Almas. 2019. Disponível em: <<https://abecs.com.br/livro-sentidos-do-trabalho-docente/>>. Acesso em: 01 de Julho de 2019.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da História Oral em sua modalidade trajetória de vida. **Rev. Katálysis**, v.10, p.83-92. Santa Catarina, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra**. Aletria, 2002. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/poslit>>. Acesso em: 14 de Junho de 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf)>. Acesso em: 24 de Março de 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: DR&A, 2005.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

KILOMBA, Grada. “**Descolonizando o Conhecimento**.” Uma Palestra - Performace de Grada Kilomba. MITsp, São Paulo, 2008.

KOFES, Suely. Experiências Sociais, Interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. Seminário Internacional del Uso de Histórias de Vida en Ciências Sociales, Universidad Externado de Colombia- Villa de Leyva. 1992. **Cadernos PAGU**, 1994.

LIMA, Katia R. de Souza. Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes. **Katálysis**, v. 20, n. 03. Florianópolis, 2017.

LOPES, Joyce Souza. **A emergência da abordagem étnico-racial na formação em Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, p. 93. Cachoeira, 2014.

LORDELO, Thiala. **Políticas Afirmativas da Universidade Federal do Recôncavo**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida em 27 de maio de 2019.

- MACHADO, Cristiane de O. X.. **O Universo da Universidade: desafios e possibilidades das trajetórias estudantis na UFRB.** Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, p. 20, 2012.
- MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, n. 3, p. 89-141, 1991.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser Escravo no Brasil.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 2003.
- NEGRÃO, João José de Oliveira. **O Governo FHC e o Neoliberalismo.** Revista Lutas Sociais, n. 1, São Paulo, 1996.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** v. 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.
- PASSOS, Joana Célia. **As desigualdades educacionais, a população negra e a educação de jovens e adultos.** Santa Catarina, 2010.
- PELEGRINI, Maurício A. Foucault, Feminismo e Revolução. **Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012.**
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao dizível. In: VON SIMON, O.M. (Org.). **Experimentos com História de vida.** Vértice: São Paulo, 1988.
- RAGO, Margareth. A “mulher cordial”: feminismo e subjetividade. **Rev. Verve**, n. 06. São Paulo. 2004. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/5015/3557>>. Acesso em: 11 de Julho de 2019.
- REIS, Dyane Brito. Acesso e Permanência de Negros(as) no Ensino Superior: o caso da UFBA. In: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Org.). **Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior.** Coleção Educação para Todos. Brasília: Ministério da Educação, 2007.
- RIBEIRO, Djamila. Feminismo Negro para um Novo Marco Civilizatório. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos.** 2016. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Minha luta diária é para ser...** S.d. Disponível em: <<https://www.pensador.com/frase/MjM1MTYxNg/>>. Acesso em: 15 jul. 19.
- ROSSI, Amanda; COSTA, Camila. **Muito além da princesa Isabel, 6 brasileiros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil.** 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091469>>. Acesso: 19 de Maio de 2019.
- SANTOS, Rosimeire. **A Escolarização da População Negra Entre o final do séc. XIX e início do séc. XXI.** 2008. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-escolarizacao-da-populacao-negra-entre-o-final-do-sec-xix-e-o-inicio-do-sec-xx/8027/>>. Acesso em: 29 de Abril.

SCHWARTZMAN, Simon. **Brasil: Oportunidade e Crise no Ensino Superior.** (Publicado originalmente como: "Brazil: Opportunity and Crisis in Higher Education") Higher Education, p. 4, 1988.

UFRB. **UFRB em números.** S.d. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/proplan/ufrb-em-numeros>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma Análise da Evolução da Assistência Estudantil do Longo da História da Educação Superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

YASBEK, André Constantino. A transgressão do universal: O intelectual e o poder em Michel Foucault. **Rev. De Filosofia Kriterion**, vol. 53, n. 125, Junho-2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-512X2012000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2012000100012)>. Acesso em: 11 de Julho de 2019.

## APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

### ENTREVISTA

DATA: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### INFORMAÇÕES PESSOAIS:

- 1- Nome completo: \_\_\_\_\_
- 2- Onde você nasceu? \_\_\_\_\_
- 3- Em que ano? \_\_\_\_\_
- 4- Você tem filhos? \_\_\_\_\_ Quantos? \_\_\_\_\_
- 5- Qual é a sua idade? \_\_\_\_\_
- 6- Qual seu estado civil? \_\_\_\_\_
- 7- Você tem alguma religião? \_\_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_
- 8- Quanto à cor/raça, você se considera (de acordo com o IBGE):

- Preto
- Pardo
- Branco
- Amarela
- Indígena /
- Prefere não declarar
- Outra (especificar) \_\_\_\_\_

#### INFORMAÇÕES FAMILIARES

- 9- Profissão dos pais? \_\_\_\_\_
- 10- Grau de escolaridade dos pais? \_\_\_\_\_
- 11- Fale um pouco dos seus pais. \_\_\_\_\_
- 12- Como você se lembra da sua infância? Fale um pouco dela. \_\_\_\_\_
- 13- Como é sua relação com a sua família hoje em dia?
- 14- Há outros professores (as) em sua família? \_\_\_\_\_
- 15- Quantos (as) dos seus irmãos, irmãs tem cursos universitário? \_\_\_\_\_

#### INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS

- 16- Local de trabalho: \_\_\_\_\_
- 17- Cargo: \_\_\_\_\_
- 18- Com quantos anos você ingressou no mundo do trabalho? \_\_\_\_\_
- 19- Precisou trabalhar ou fazer outras atividades antes de entrar na Universidade?  
\_\_\_\_\_

- 20- Com quantos anos você ingressou na Universidade? \_\_\_\_\_
- 21- Qual o curso concluído? \_\_\_\_\_
- 22- No período da graduação existiram discussões referentes às questões étnico-raciais? \_\_\_\_\_
- 23- Concluiu o curso no prazo normal ou precisou permanecer mais períodos por dificuldades de permanência?
- 24- Quais os desafios encontrados durante a graduação?
- 25- Qual a sua opinião referente às políticas afirmativas de inserção e permanência no ensino superior público?
- 26- Como foi após a conclusão do ensino superior, conseguiu ingressar no mercado de trabalho de imediato?
- 27- Quanto tempo depois da graduação ingressou no mestrado? \_\_\_\_\_
- 28- Qual a motivação para ingressar no mestrado?
- 29- Quais os desafios encontrados durante o mestrado?
- 30- Quanto tempo demorou para ingressar na universidade como mestra?
- 31- Como foi esse ingresso, notou alguma dificuldade por questões étnico-raciais ou até mesmo por ser mulher?
- 32- Há quanto tempo é professora universitária? \_\_\_\_\_
- 33- Há quanto tempo se tornou doutora? \_\_\_\_\_
- 34- Como tem sido essa experiência?
- 35- Quais os desafios encontrados?
- 36- Já ocupou algum cargo de chefia em seu trabalho? Se sim, como foi a experiência?
- 37- Se não, quais os motivos que você acha que dificultam ocupar esses espaços?
- 38- Você imaginava a trajetória que iria construir? Você planejou de alguma forma? O que você considera que te trouxe até onde você está?
- 39- Como é para você fazer parte do corpo docente da Universidade considerada mais negra do Brasil com 83,4% de estudantes negros?
- 40- Sofreu algum tipo de discriminação racial e/ou de gênero nessa trajetória por parte dos alunos ou mesmo pela instituição e seus representantes? Se sim, poderia relatar?
- 41- De que maneira você enfrenta discriminação racial e/ou de gênero no espaço acadêmico para superação dessas formas de opressão? Ou nunca ocorreu nenhuma discriminação?
- Acha relevante a discussão sobre questões étnico-raciais e de gênero nas relações de trabalho dentro do espaço acadêmico? Por quê?
- 42- Acha que as instâncias da universidade destinadas para tratar dessas questões estão preparadas para receber e solucionar denúncias como racismo institucional? Se não, diga o que deve ser melhorado.
- 43- Referente à militância política de que maneira está envolvida? Ou não se envolve?
- 44- É filiada a algum partido, ou alguma outra organização de militância política?
- 45- Quais as principais reivindicações/lutas que você acha urgentemente necessárias nesse momento atual do país?
- 46- Quem são suas referências de militância política?
- 47- Qual a importância dos movimentos sociais para você?
- 48- Você se sente satisfeita com sua trajetória?

49- Quais os projetos para o futuro?

50- O que você diria para as mulheres negras que iniciam no campo da academia?

51- Caso exista algo que não foi comentada na entrevista e que deseja falar, sinta-se a vontade.

**APÊNDICE B – TCLE****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE**

Eu, \_\_\_\_\_ abaixo assinado e identificado, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz e nome por mim relevados em depoimento pessoal concedido e, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentados, para compor o trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia da estudante Débora de Jesus Nascimento, com orientação da Professora Doutora Priscila Miraz de Freitas Grecco, e outros eventuais trabalhos desta, relacionados à minha trajetória de vida.

A presente autorização abrange o uso acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revistas, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (revistas virtuais, blogs e entre outros), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo sem qualquer ônus ou terceiros por esses expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza epistêmica voltada à preservação da memória, em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Cachoeira - BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Assinatura